

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E METODOLOGIA
DO ENSINO DE HISTÓRIA**

LÊIDE GOMES PEREIRA

AI-5 SOB O OLHAR DA MEMÓRIA COLETIVA DOS CAJAZEIRENSES

LÊIDE GOMES PEREIRA

AI-5 SOB O OLHAR DA MEMÓRIA COLETIVA DOS CAJAZEIRENSES

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Élio Chaves Flores

CAJAZEIRAS - PB

2005



P436a Pereira, Lêide Gomes.
AI-5 sob olhar da memória coletiva dos cajazeirenses /
Lêide Gomes Pereira. - Cajazeiras, 2005.
57p.

Não disponível em CD.
Monografia(Especialização em Teoria e Metodologia do
Ensino de História)Universidade Federal de Campina Grande,
Centro de Formação de Professores, 2005.
Contém Bibliografia.

1. Ditadura - regime militar. 2. Brasil - política
ditatorial - 1964. 3. Cajazeiras - Paraíba - história 1964-
1979. 4. AI-5. 5. Repressão. I. Flores, Élio Chaves. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título

CDU 321.6

LÊIDE GOMES PEREIRA

AI-5 SOB O OLHAR DA MEMÓRIA COLETIVA DOS CAJAZEIRENSES

Monografia aprovada como requisito para obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Élio Chaves Flores - UFPB
Orientador

Com muito amor, à minha mãe Tereza
Gomes de Albuquerque e ao meu filho
Pedro Gomes Arcela. **DEDICO.**

RESUMO

A implantação da Política Ditatorial no Brasil, em 1964, suscitou uma grande transformação na estrutura do Estado, no que concerne a uma redefinição do seu papel social. Criou-se uma atmosfera perseguidora e punitiva aos setores e segmentos contrários ao Projeto Político para a sociedade brasileira, que obtendo respaldo dos setores militares e das alas mais conservadoras da classe média, alinhou-se a nível internacional aos E.U.A., no contexto da Guerra Fria. A culminância do autoritarismo se estabeleceu com a Decretação em 13/12/68 do AI-5, um dos atos institucionais mais arbitrários aos Direitos do Homem e Cidadão. As repercussões políticas e sociais foram densas, gerando um grande mal-estar à Democracia Nacional. Assim sendo, a cidade de Cajazeiras-PB nesta investigação terá uma abordagem de cunho explicativo e demonstrativo do confronto das diretrizes assumidas pelos seus poderes oficialmente instituídos perpassando aos dos segmentos sociais opositoristas. O olhar da memória dos cajazeirenses a esse período histórico e concomitantemente ao objeto investigado, o AI-5 visará construir uma identidade, a cultura política local, e conseqüentemente melhorará a inserção da comunidade cajazeirense na historicidade paraibana. Mapeando por um curto período de duração (1964-1979), as posições políticas dos nossos representantes nos âmbitos político, jurídico e policial, assim como nos principais setores sociais, condutores de fomentar e instigar discussões nas “ruas”, salas de aula, nos mais amplos espaços sociais, objetivando também ser mola propulsora de estudos sistematizados contínuos, correlacionados a este período histórico.

Palavras-chave: Ditadura. AI-5. Repressão.

LISTA DE SIGLAS

AESP	ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DA PARAIBA
AP	AÇÃO POPULAR
ARENA	ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
CGC	COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES
CNTI	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA
CODI	CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA
COLINA	COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
DOI	DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES INTERNAS
DOPS	DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
ESG	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
IBAD	INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA
IPES	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS
JUC	JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA
MDB	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
MOLIPO	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR
OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
OBAN	OPERAÇÃO BANDEIRANTES
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PCBR	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO
SNI	SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO
UBES	UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS
UNE	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
VAR-PALMARES	VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA
VPR	VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

DEPOIMENTOS

Ivone Guimarães

Padre Gervásio de Queiroga

José Antonio de Albuquerque

Dr. Abdiel de Sousa Rolim

Francisco Matias Rolim

Edval Nunes (Cajá)

Rosemira Cartaxo

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPUS GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
CAMPUS - FURG

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 CONJUNTURA INTERNACIONAL E BRASILEIRA - ANOS 60	12
2.1 GUERRA FRIA - DOIS MODELOS DE SOCIEDADE DIVIDE O MUNDO: SOCIALISMO E CAPITALISMO.....	12
2.2 O BRASIL DE JÂNIO QUADROS A ARTHUR DA COSTA E SILVA.....	13
2.3 ATO INSTITUCIONAL Nº 5 - AI-5 - OS ARTIGOS QUE DESCONSTRUÍRAM A DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	17
3 O MAPEAMENTO POLÍTICO ESTADUAL E LOCAL DA DIMENSÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO	26
3.1 A PARAÍBA EM EFERVESCENTE LUTA DE RESISTÊNCIA E SUSTENTAÇÃO AO GOLPE DE 64 AO AI-5.....	26
3.2 A GEOGRAFIA POLÍTICA DE CAJAZEIRAS-PB DE 1964-1979.....	30
4 A REAÇÃO POLÍTICA DOS CAJAZEIRENSES AO AI-5	32
4.1 O AI-5 - OLHAR DOS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS DE CAJAZEIRAS- PB SOBRE ESSE ATO DE EXCEÇÃO.....	32
4.2 O CONFRONTO DE IDEAIS POLÍTICOS - LEGITIMAÇÃO E OPOSIÇÃO AO AI-5.....	37
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

1 APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto de que todo saber histórico, constituído ao longo do tempo, tem a sua própria história cravada por acontecimentos ou fatos vivenciados pelo homem na sua trajetória em sociedade, podemos, então constatar que as suas primeiras marcas foram registradas nas cavernas, grutas, cerâmicas, enfim na arte, na sua ampla dimensão como instrumento tradutor do eu partilhado numa sociedade agrária, que nas suas relações sociais produzia o seu saber.

Os passos são lentos, outros cansados, alguns em forma de piruetas, outros em forma de marcha, regressos, descontínuos, marcha-ré para avançar. Caminhadas seculares por entre o exercício fundamental de ser humano: o lembrar e o esquecer.

Mas o sol de verão ilumina aqueles banhados pela última onda das marés errantes, dançantes da Ponta do Seixas, homens do Sertão, cidadãos do universo unem-se ao longo de suas trajetórias históricas e grandes passos são revelados nas atitudes e gestos que legitimam decisões cravadas no seio da convivência entre os outros, que caminham sobre a tônica de ser um sujeito histórico.

Em meio aos passos está aquele, que por uma necessidade visceral, status epistemológico, curiosidade, encomenda, enfim, faz e também registra esta orquestração de passos; é o historiador, com o seu papel de construtor desse conhecimento: o Saber Histórico, que nas palavras do mestre e doutor pela UFPR, professor de Direito, Ricardo Marcelo Fonseca, tem uma delicada escolha na produção do Saber Histórico ao estabelecer quais os fatos históricos devem ser trabalhados.

[...] Por outro lado se pensarmos no conceito de história como saber (e não como objeto deste saber), e se o saber histórico, como dito no início, seria "o conjunto de fatos" do passado humano, haveria ainda outra possibilidade teórica sem precisar sermos necessariamente idealistas que consistiria simplesmente em duvidar dos critérios tradicionais de escolha dos "fatos"

que compõem o saber histórico. Sim, pois, se o saber histórico é a escolha de alguns eventos do passado humano, e afinal de contas a cada minuto ocorrem simultaneamente milhões de fatos de ordem e natureza variadas[...]¹

Os passos, as lembranças são o retrato da nossa memória, identificação mental e física da nossa morada, infinitas experiências da infância, juventude subversiva, contidas nas secas ou enxurradas, ruas e avenidas das nossas vidas, gargalhadas pelas biqueiras carregadas de chuvas escassas da nossa saudade e gratidão pelo tempo presente, passado e chuviscos de futuros próximos, muitas vezes distantes de que pensamos, sonhamos.

Assim são as construções representativas de mundos carregados de passos que na literatura histórica tradicional vão se firmar, sistematizar a partir dos gregos, como Tucídides, Heródoto, este último batizado como Pai da História, que já na sua época apresentava uma preocupação com o espírito histórico, ao constatar: "Para que o tempo não venha abolir os trabalhos dos homens."

Ao sentar e escrever a alma da vida em sociedade numa perspectiva total ou particularizada, através das teias discursivas, o historiador estabelece entre o sujeito e o objeto, o anúncio da preservação e evolução humana, que é o de registrar histórias construídas em tempos diferentes, culturas heterogêneas e com eventos de origens diversas. Os encontros se constroem, formando um mosaico humano vivo.

Jacques Le Goff define com precisão a intenção e a pretensa essência deste trabalho de pesquisa.

[...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória [...]. (Le GOFF, 1998, p. 476).

¹ Disponível em: <<http://www.historiadodireito.com.br/texto/genesesh.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2003.

Com base nisso, este trabalho surgiu através de uma imagem e do silêncio histórico local, que me acompanha desde as primeiras leituras sobre a implantação do Governo Militar em 1964, no Brasil, é a fotografia do Presidente Artur da Costa e Silva, posando solitariamente com um semblante feliz e sereno no Congresso Nacional esvaziado, após ter sido decretado, por ele próprio e pela cúpula do seu governo, o Ato Institucional Nº 5, o AI-5, no dia 13/12/1968. O ato foi respaldado pelo autoritarismo do grupo da linha dura, uma das facções das forças armadas em resposta às constantes manifestações de protesto organizadas pela sociedade civil indignada e contrária ao estado ilegítimo e intolerante que havia suspenso as eleições diretas (e os direitos políticos) e ao total desrespeito às instituições democráticas. A dimensão desumana do autoritarismo ecoou por todo o país, desfazendo a linha tênue da esperança do restabelecimento democrático. Estava estabelecido o labirinto nacional.

O princípio da fundamentação teórica deste estudo está alicerçado em alguns postulados metodológicos da nova história defendidos por Jacques Le Goff, em História e Memória, assim como o pensamento político de Michel Foucault, com o aporte teórico, embasado nas obras: A Ordem do Discurso, Arquitetura do Saber e Vigiar e Punir.

Ressaltando que além de fontes bibliográficas, este trabalho se valeu de fontes jornalísticas, cujo conteúdo, toma por base as falas ou teias discursivas do lugar narrado, e sobretudo, com o auxílio de fontes alternativas como a própria memória oral dos sujeitos históricos que vivenciaram os fatos.

A monografia está estruturada pelas seguintes formulações: o primeiro capítulo está direcionado a uma breve contextualização da política internacional e brasileira, visando assim apresentar o cenário em que foi construído o processo de legitimação do AI-5. O próprio ato institucional será descrito com suas principais cláusulas atenuantes à Democracia.

No segundo capítulo, a abordagem se destinará ao mapeamento dos

posicionamentos políticos do executivo e legislativo da Paraíba e especificamente da cidade de Cajazeiras, no período compreendido entre 1964-1979. Criando assim uma cartografia política para podermos compreender melhor a inserção da força repressiva que foi esse período de exceção.

No terceiro momento, buscaremos registrar e analisar a memória dos diversos segmentos sociais da cidade de Cajazeiras-PB sobre o Ato Institucional Nº 5 (1968-1979), através de relatos orais e documentais; coletados na Câmara Municipal e periódicos locais. Concomitantemente, analisaremos os projetos políticos de legitimação e sustentação ao AI-5 em Cajazeiras; assim como o silêncio sufocado de alguns ou de algumas instituições.

Esperamos dessa forma, que esta pesquisa possa contribuir para a produção científica da Universidade Federal de Campina Grande, assim como para o registro da memória coletiva de alguns setores sociais de Cajazeiras que se manifestam ao mesmo período relacionado ao AI-5.

2 CONJUNTURA INTERNACIONAL E BRASILEIRA - ANOS 60

2.1 GUERRA FRIA - DOIS MODELOS DE SOCIEDADE DIVIDE O MUNDO: SOCIALISMO E CAPITALISMO

O Socialismo obteve a sua concretude com a eclosão da Revolução Socialista em 1917, embasada pelos princípios do socialismo científico, estruturado pelos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, na Rússia. A partir daí, toda uma história de luta e resistência irá ser travada entre dois sistemas político e econômico: o Capitalismo e o Socialismo.

O viés do crescimento socialista se dará mais fortemente com a crise de 29, que colocou em xeque a fragilidade da economia de mercado, que fora adotada aceleradamente no pós 1ª Guerra Mundial, alicerçada pela política econômica liberal. O resultado dessa crise foi a ameaça que o mundo capitalista sofreu através do crescimento dos partidos comunistas nas eleições ocorridas nos principais países europeus. Em contrapartida, adotou-se a política Keynesiana e em alguns países passou-se a ser difundida a implantação do estado totalitário, um estado interventor, em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no setor econômico, com objetivo claro de combater e aniquilar a crescente simpatia da população ao socialismo.

Ao eclodir a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o Capitalismo e o Socialismo se unem temporariamente para combater o nazi-facismo, saindo este último como grande derrotado da guerra. No entanto, após a 2ª Guerra, o cenário político e econômico mundial se redefine entre o embate do Socialismo liderado pela URSS e do Capitalismo liderado pelos EUA; ambos impõem ao mundo uma disputa acirrada numa dimensão social sem proporções, como: corrida armamentista e espacial, doutrina Truman, Plano Marshall, OTAN, Pacto de Varsóvia, a divisão alemã (Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental); culminando no muro de Berlim, a KGB e CIA, o Macartismo, Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia.

O Brasil acabou se alinhando em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra (PSD e PTB), aos EUA, rompendo relações diplomáticas com a URSS, ou seja, o Brasil deixou de ter embaixada em Moscou e impediu o funcionamento da Embaixada Soviética no Rio de Janeiro. Em 1947, o governo brasileiro conseguiu que o poder judiciário proibisse o funcionamento do PCB, cassando os mandatos dos deputados e vereadores eleitos por esse partido.

2.2 O BRASIL DE JÂNIO QUADROS A ARTHUR DA COSTA E SILVA

A Constituição de 1946 estabeleceu que os eleitores poderiam votar numa mesma cédula eleitoral com opção separada para eleger presidente e vice-presidente da República, não importando se fossem representantes de partidos contrários. Isso resultou nas eleições de 1960, na legitimação do presidente apoiado pela UDN, Jânio Quadros e do vice-presidente da coligação PTB/PSD, João Goulart; criando assim uma situação difícil de convivência política, já que Jango tinha sido o ministro de trabalho de Getúlio Vargas, passando desde então a sofrer pressão dos grandes empresários, políticos conservadores e militares.

Porém, o governo de Jânio Quadros ficou marcado por estabelecer relações diplomáticas com o mundo socialista, que eleito pela UDN com 48% dos votos, surpreenderá a todos com a condecoração ao ministro das relações exteriores Che Guevara em 19/08/1961 com a Comenda do Cruzeiro do Sul, justificada pela pretensa adoção de uma política de neutralidade, que só irritou a UDN e os EUA.

Segundo o historiador Boris Fausto:

Não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começava a pôr em prática. Essa política [...] consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois blocos, capitalista e comunista, em confronto².

² FAUSTO citado por BOULOS et al. 2003, p. 39.

Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República brasileira com apenas sete meses de mandato. Estabeleceu-se assim uma crise sucessória, já que o vice, João Goulart, estava naquele momento na China comunista.

Diante da rede pela legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, o Brasil presenciou e viveu uma grande campanha popular a favor da posse de Jango. O impasse foi resolvido com a aprovação no Congresso Nacional, da emenda parlamentarista que tornava o Brasil um país parlamentarista, tendo como 1º Ministro, Tancredo Neves (PSD). Porém, em 1963 foi realizado um plebiscito que legitimou através do voto da população brasileira, o retorno ao Presidencialismo.

Diante de fortes movimentos sociais, como as Ligas Camponesas liderada pelo advogado Francisco Julião, movimento estudantil liderado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), Movimento Operário representado pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria); dentro da Igreja católica tinham os grupos: JUC (Juventude Universitária Católica) e AP (Ação Popular), o governo de João Goulart direcionou essas posições políticas que cada vez mais se radicalizavam, no plano de medidas que abrangeu os setores: agrário, educacional, eleitoral, bancário e tributário; fazendo com que endossasse desconfiança de empresários brasileiros e norte-americanos, que alicerçados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), realizavam propaganda pelos jornais, rádio e televisão atacando o governo Goulart. Mas a tensão aumentou quando foi aprovado pelo Parlamento, em janeiro de 1964 a Lei de remessa de lucros e o gigantesco comício em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, quando foram assinados pelo presidente Jango dois decretos importantíssimos para a conjuntura de reivindicações da época: nacionalização das refinarias de petróleo particulares e a desapropriação das terras com mais de cem hectares situadas numa faixa de dez quilômetros às margens das rodovias e ferrovias federais. A resposta veio

através de uma grande passeata, no dia 19 de março, contra as reformas de João Goulart, denominada “A marcha da família com Deus pela liberdade”, e em 31 de março, segundo Alfredo Boulos Júnior, chegava ao fim o governo de Jango:

[...] as tropas do General Olímpio Mourão Filho, vindas de Minas Gerais, marcharam em direção ao Rio de Janeiro, dando início a uma ação militar contra o governo Goulart. Em pouco tempo, receberam o apoio do comandante do II Exército (São Paulo) e de vários outros chefes militares. Os governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ademar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Guanabara) foram os líderes civis desse golpe de estado que derrubou o presidente. [...] os militares assumiram o poder afirmando que estavam salvando o país da anarquia e do comunismo, em nome da segurança nacional. Era o fim da República Populista e o início do Regime Militar³.

Em 31 de março de 1964, uma junta militar formada por representantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), passou a governar o país. A legalidade do novo regime foi respaldada pela imposição dos atos institucionais que eram decretos autoritários que se sobrepunham à Constituição.

Segundo a publicação do jornal **O Norte-Especial**⁴, a máquina destruidora de sonhos ganhou corpo a partir do AI-1:

No dia 9 de abril de 1964 o Comando Supremo da Revolução emitiu o Ato Institucional que era para ser único e acabou sendo o primeiro de 17 atos de exceção, que pretendia legitimar o movimento. O AI ficou para dois dias depois da eleição indireta que definiu Castello Branco como presidente provisório, com mandato até 31 de janeiro de 1966, e confirmou eleições presidenciais para outubro de 1965. O comando reservava-se o direito de cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos. A primeira lista de punições, divulgada no mesmo dia, suspendia os direitos políticos de 100 pessoas, começando por um comunista, João Goulart e um udenista, Jânio Quadros. As cassações de mandatos atingiram 40 deputados, a maioria do PTB [...].

Para obter informações sobre pessoas e organizações consideradas subversivas ao regime ditatorial, o governo criou o SNI (Serviço Nacional de Informações), cujo chefe era o

³ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História & Sociedade**. São Paulo: Editora FTD, 2003.

⁴ JOSÉ, Ademilson. AI-5: chuva de chumbo no país. **Jornal O Norte/PB**, João Pessoa-PB. 31 de março de 2004. Caderno Especial.

General Golbery do Couto e Silva. Este órgão fez o mapeamento de posições políticas e econômicas até o ano de 1993, quando foi extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso; foi criada a Agência Brasileira de Informações (ABIN).

Devido ao crescimento da oposição, nas urnas em 1965, através de eleições diretas, o governo decidiu impor o Ato Institucional nº 2 (AI 2), estabelecendo eleições indiretas para Presidente da República e extinguindo todos os partidos políticos, substituindo-os por dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1966, o governo baixou o Ato Institucional nº 3 (AI 3), que estabelecia eleições indiretas para governadores dos Estados, ficando a escolha dos mesmos pelo Presidente da República e Assembleias Estaduais. Os prefeitos das capitais eram nomeados pelos governadores. A censura sobre jornais e revistas foi mediada pela Lei da Imprensa.

O AI-4, decretado em dezembro de 1966, instituiu uma nova Constituição elaborada por deputados constituintes escolhidos pelo próprio governo. A Carta Magna visava ampliar o poder do presidente da República e restringir a representatividade do legislativo; assim como a não permissão do direito de greve.

Todavia, as manifestações não cessaram e grande parte da população brasileira lutava contra esse estado antidemocrático. No entanto, o general Arthur da Costa e Silva, representante do grupo da “Linha Dura” é escolhido pelo Alto Comando Militar para substituir Castello Branco, representante do grupo da Sorbonne. Costa e Silva toma posse em 15 de março de 1967.

Esse governo terá como conjuntura internacional, um dos anos mais turbulentos do século XX, o de 1968. Considerado um ano de bastante intensificação dos movimentos de contestação aos costumes e padrões de comportamento, ao modelo econômico capitalista e ao socialismo rígido, aos paradigmas educacionais, enfim ao establishment. Vários conceitos e

atitudes foram questionados e transformados, principalmente na Europa, que virou um celeiro de protestos de toda ordem, comandados pela juventude. Isso repercutiu na América Latina e, especificamente no Brasil com uma sucessão de fatos contestatórios, que culminaram no advento do mais repressivo dos Atos Institucionais; o AI-5.

[...] a partir de 1968, a cada avanço das oposições, o governo militar endurecia mais. Os estudantes foram para as ruas e as bem-sucedidas passeatas enfureciam o regime que aumentava a repressão. Em 28 de março de 1968, na ocupação do restaurante do Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, um tiro dado por um capitão da PM matou o estudante Edson Luiz de Lima Souto.

A morte do estudante Edson Luiz tornou-se um símbolo do protesto da esquerda e motivou uma seqüência de passeatas. A principal delas, a passeata dos cem mil. [...] em agosto, a Universidade de Brasília foi ocupada. No começo de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, num discurso ingênuo, propôs que o povo não prestigiasse o desfile militar e que as moças não mais namorassem militares.

O governo buscava um motivo para endurecer e aproveitou para processar o deputado. No dia 13 de dezembro, uma sexta-feira, a Câmara negou licença para o processo e a fúria militar fez desabar sobre o parlamento e o país uma chuva de chumbo que atendia pelo nome de AI-5 [...]⁵.

2.3 ATO INSTITUCIONAL Nº 5 - AI-5 - OS ARTIGOS QUE DESCONSTRUÍRAM A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Apresentaremos uma demonstração do que foi o AI-5, baseado numa reportagem especial da revista **Época**⁶.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele.

Art. 3º - O presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

⁵ TAVARES, Flávio. Golpe travestido de revolução. **Jornal O Norte/PB**. João Pessoa – PB. 32 de março de 2004. Caderno Especial.

⁶ ALTMAN, F. 13 de dezembro de 1968, O Dia do AI-5. **Revista época**. São Paulo-SP 07 de dezembro de 1981.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato importa simultaneamente em:

- I - Cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - Suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - Proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política;
- IV - Aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
 - a) Liberdade vigiada
 - b) Proibição de freqüentar determinados lugares
 - c) Domicílio determinado

Art. 6º - O presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas nesse artigo.

Art. 10º - Fica suspensa a garantia de habeas-corpus, nos casos de crimes políticos, conta a segurança nacional, a ordem econômica e social.

A VOTAÇÃO QUE LEGITIMOU O AI-5

1. Vice-Presidente (Pedro Aleixo): não; optou pelo estado de sítio.
2. Ministro da Marinha (Augusto Radmaker): sim, repressão do ato praticado pelo Dep. Marcio Moreira Alves.
3. Ministro do Exército (Lyra Tavares): sim
4. Ministro das Relações Exteriores (Magalhães Pinto): sim
5. Ministro da Fazenda (Delfim Netto): sim
6. Ministro dos Transportes (Mário Andreazza): sim
7. Ministro da Agricultura (Ivo Arzua): sim
8. Ministro do Trabalho (Jarbas Passarinho): sim
9. Ministro da Saúde (Leonel Miranda): sim
10. Ministro da Aeronáutica (Márcio de Souza e Mello): sim
11. Ministro da Educação e Cultura (Tarso Dutra): sim, com modificações

12. Ministro das Minas e Energia (Costa Cavalcante): sim
13. Ministro do Interior (Afonso Albuquerque): sim
14. Ministro do Planejamento (Hélio Beltrão): sim
15. Ministro das Comunicações (Carlos Simas): sim
16. Chefe do SNI (Médici): sim
17. Chefe EMFA (Orlando Geisel): sim
18. Chefe E. M. Armada (Adalberto de Barros Nunes): sim
19. Chefe E. M. Exército (Adalberto dos Santos): sim
20. Chefe E. M. Aeronáutica (Carlos Alberto Huet): sim
21. Ministro da Justiça (Gama e Silva): sim
22. Chefe Gabinete Civil (Rondon Pacheco): sim
23. Chefe Gabinete Militar (Jayme Portella): sim

É bom considerar que o voto do vice-presidente Pedro Aleixo, negando o AI-5, lhe custou um isolamento político, pois em agosto de 1969 com a doença de Costa e Silva, os ministros militares não permitiram que Aleixo assumisse interinamente o cargo de presidente da República.

A situação que o país atravessa, por força do AI-5 [...], a par de outras medidas relacionadas com a segurança interna não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de comandante das Forças Armadas [...] e outros titulares, conforme previsão constitucional. (Primeiro comunicado oficial dos ministros militares pela Agência Nacional em 31/01/1969).⁷

Uma junta militar formada por: Amélio de Lira Tavares, Augusto Rodemaker Grünwald e Márcio de Sousa e Melo assumiram o governo até a posse do General Emílio Garrastazu Médici em 22 de outubro de 1969.

⁷Disponível em: <http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/036costa_so.htm>. Acesso em: 18 out. 2004.

Na verdade, Pedro Aleixo tornou-se vítima do AI-5; pois para ele, bastaria apenas o estado de sítio para normalizar o momento contestatório de 1968. Mas ao ser aprovado o AI-5, com todo o seu peso antidemocrático, há uma versão de que Aleixo disse à sua mulher naquela noite: “Hoje fechei definitivamente as portas do Palácio do Planalto para mim.”

Perceber esta relação de angústia, de confronto e ruptura de princípios e ética de quem estava ao lado do poder, governando o Brasil naquela conjuntura conturbada, de distorções de valores e ideologia, é constatar o quanto o Senhor Pedro Aleixo teve um posicionamento corajoso e audacioso. Pois mesmo a favor do estado de sítio, ele reagiu contrariamente aquele pacote multiplicador de dor física, cultural, exílios, “desaparecimentos”; enfim, o seu não, representa nessa abordagem, uma lucidez dentro das trevas, que foi a aprovação do AI-5.

O Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho através de uma carta destinada à mulher e ao filho expõe também as angústias de quem ainda pensava racionalmente sobre o ato, legitimado em 1968 e humanamente descreve linhas tortuosas, com súplicas de quem sabia a dimensão social do AI-5.

13/Dez/1968

Minha mulher

Meu filho Júnior

“Estou sentado à mesa do Conselho de Segurança decidindo o presente e o futuro imediato do Brasil. Vocês sempre me viram defender a liberdade e a democracia. Hoje, pode parecer a ambas que estou passando à História brasileira como um liberticida, apoiando poderes ditatoriais conferidos, neste instante, ao Senhor Presidente da República.

Vou referendar o novo ato institucional. No meu entender, isso equivale a uma

ditadura, ao menos em potencial.

Felizmente, o fiador de tudo será em potencial o Marechal Costa e Silva, que não usará abusivamente dos poderes que lhe damos neste momento. Deus assim o permitirá.

Por outro lado, não são os artigos de uma Constituição que garantem uma democracia. Na Rússia, o direito ao livre expressar do pensamento é letra na Constituição. No entanto, é letra morta. De que vale. [...]”⁸

Porém, a sua justificativa perante o seu voto na aprovação do AI-5, é de um total desprendimento de consciência política democrática.

[...] sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e creio que a todos os membros deste Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece, claramente, que é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso de que o próprio ministro das Relações Exteriores quando disse que não sabe se o que restou caracterizaria nossa ordem jurídica como vão sendo ditatorial, eu admitira que ela é ditatorial, mas às favas Sr. Presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência [...].

O balanço avassalador aos direitos políticos dos dez anos de vigência do AI-5, contabilizou estes números tão apavorantes à democracia brasileira:

- Filmes proibidos: 500
- Peças de teatro vetadas: 450
- Livros censurados: 200
- Revistas retiradas de circulação: 100
- Letras de música cortadas: 50
- Capítulos de novelas cancelados: 12
- Direitos políticos perdidos: 66
- Cassação de mandatos: 313
- Aposentadorias compulsórias: 348

⁸ Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic.>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

- Militares reformados: 139
- Demissões de executivos do governo: 129

Fonte: IUPERJ/Zuenir Ventura (1968 - O ano que não terminou)

É alarmante tais números, é uma estatística de morte. Entretanto, é mais doloroso perceber que por trás desses números existiram pessoas com sonhos dilacerados, profissionais de vários campos de atuação; pessoas e obras que tiveram o seu direito de livre expressão execrado pelos porões da ditadura. O que há nesses números, gerou muitas ondas de dor e sofrimento, de desenraizamento ao que era e ao que pretendia ser. Foi um aborto político e social coletivo de caráter nacional, oficializado pelo estado brasileiro.

Constatamos através de depoimentos de várias personalidades do âmbito político, econômico e jornalístico, fornecidos ao **Instituto Perseu Abramo**⁹ em comemoração após 30 anos da institucionalização do AI-5 o quanto esse ato transformou a vida dos mesmos e do país, numa avassaladora mudança de relação com o poder e com o pouco que ainda restava de direitos democráticos. A fala de Almino Affonso traça o quanto foi desnordeador o AI-5.

[...] a caminho de Genebra, soube da decretação do AI-5. Quando o telefone soou, de manhã cedo, naquele 14 de dezembro de 1968, estranhei a voz de Violeta Arraes. Era indisfarçável sua ansiedade ao dar-me duas notícias: o governador já estava em Paris e me aguardava para o almoço; e a “bomba”, explodindo em mil estilhaços [...]. [...] A hora do encontro com Arraes, já era clara para mim a extensão do AI-5; faltava-me, porém, saber as razões que haviam levado o Presidente Costa e Silva a dar um “Golpe” dentro do “Golpe de 64”. De todo modo, a ilusão do meu regresso rolava encosta abaixo, como imperativo do mais elementar bom senso.

À noite, em casa de Violeta e Pierre Gervasseau, reuniram-se as principais personalidades no exílio em Paris: Mário Pedrosa, Celso Furtado, Waldir Pires, Josué de Castro, Luciano Martins, Luís Hidelbrando Pereira e o Governador Miguel Arraes. [...]

[...] varamos a noite, perdidos em intermináveis análises. A conclusão era unânime: o AI-5 formalizara a legalidade fascista. Mas, ao mesmo tempo, jogara lideranças do porte de Juscelino Kubistcheck e Carlos Lacerda, de maneira incontornável no amplo espectro das oposições.[...].

⁹ Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

O economista Celso Furtado foi bastante objetivo ao receber o anúncio da publicação do AI-5. Assim é o seu depoimento.

O AI-5 me surpreendeu no exterior, e serviu como um aviso de que meu exílio se prolongaria por bem mais do que os dez anos da cassação de meus direitos políticos.

O depoimento de Clara Charf (militante e viúva de Carlos Marighella), demonstra com clareza o que acontecia com quem desobedecesse o AI-5.

[...] O AI-5 institucionalizou covardemente o que o golpe militar de 1964 fez desde o início suprimiu as liberdades públicas, implantou o terror político e ideológico e desencadeou a perseguição em massa. [...] os métodos de tortura com o pau-de-arara., os choques elétricos nos órgãos genitais, queimaduras, mergulhos forçados, espuma nos olhos, espancamento nos rins e abdômen eram processos rotineiros para obter confissões dos presos, utilizados pela polícia e os encarregados dos inquéritos policiais militares. [...] diante do inconformismo do povo o AI-5 tirou a máscara definitivamente. Fez ruir por terra todos os resquícios da legalidade. Implantou o terror aberto. Não se podia falar, cantar, participar. Tentaram acorrentar até os pensamentos. Virou país de uma nota só. [...] com o AI-5 nossa vida ficou terrível. Como enfrentar o dia-a-dia, trabalhar, ver a família, locomover-se? Muito difícil. A clandestinidade foi total. Fotos de Marighella por toda parte, apresentado com inimigo público nº 1. A angústia de ver e saber das torturas e perseguições por todo o país. E o povo resistindo. Em 4 de novembro de 1969. Marighella foi assassinado mas se rebelou até o último dia do seu assassinato, contra o Golpe Militar de 1964 e todas as conseqüências que se abateram contra o povo brasileiro. [...]

Existiu em todo o transcurso de dor e perseguição uma forte oposição, e que reagia das diversas formas possíveis ao abuso de poder. No depoimento abaixo, constata-se este misto de sentimento, carregado de indignação com esperança nas palavras de José Dirceu de Oliveira e Silva, atual Ministro da Casa Civil do Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

[...] Tomei conhecimento da decretação do AI-5 na prisão, informado por outros presos comuns, por soldados e guardas que eram solidários e por nossos advogados, que ainda tinham acesso a nós no Forte de Itaipu. A reação, evidentemente, foi de indignação e revolta e ao mesmo tempo de muita decepção, porque nós tínhamos sido beneficiados por habeas-corpus do Supremo Tribunal Federal e seríamos soltos. E esta decisão do STF foi em dos motivos do famigerado decreto. Minha reação foi, mais do que nunca, a de pensar em fugir. Nunca passei uma semana, um mês sem procurar articular uma forma de escapar. Da decretação do

ato até a nossa libertação, quando fomos trocados pelo embaixador norte-americano em 1969, sempre pensei na possibilidade de fuga.

O AI-5 mudou minha vida para sempre. Primeiro, a minha vida cotidiana, porque fiquei preso até 7 de setembro de 1969; depois, porque cassaram minha nacionalidade e me baniram do Brasil junto com outros companheiros. Um ato complementar especial foi feito somente para banir aqueles que haviam sido trocados pelo embaixador. Nunca aceitei que três oficiais das Forças Armadas Brasileira pudessem decidir que eu não tinha mais a minha nacionalidade e que estava proibido de pisar em território nacional. Tanto é que em 1971 voltei ao Brasil, na clandestinidade, e em 1975 consegui retornar definitivamente.

Mas, o AI-5 mudou também o país, que paga caríssimo até hoje, por isso. Quase todas as mazelas políticas, sociais e culturais que temos são fruto da Ditadura ter permanecido até 1985. Na verdade, a democracia só foi restaurada, nas condições em que se deu, com a constituição de 1988.

Com a Decretação do AI-5, a reação dos militantes políticos se intensifica e os meios reivindicatórios já não mais serão pelos canais pacíficos. A grande consequência da aniquilação do diálogo, pelo AI-5, é o crescimento das organizações armadas, chamadas: Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária (Var-Palmares), Comando de Libertação Nacional (Colina), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros. Como resposta, o governo apoia o 2º Exército em 1969, na criação da Operação Bandeirantes (Oban) aliada ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que era o setor de inteligência e coordenava o Destacamento de Operações Internas (DOI), ficando conhecida como a mais tenebrosa sigla: DOI-Codi, um centro organizado oficial de torturas.

Percebe-se na fala de Clara Charf, a tradução do que se pretendia fazer com quem subvertesse a “ordem”. “Tentava-se acorrentar até os pensamentos”; seria poético se não fosse tão desumano e irracional, assim também é, quando lemos jornais, revistas que abordam o tema, com as seguintes manchetes: AI-5: Chuva de Chumbo no País/, Os Filhos dos Anos de Chumbo. Para o jornalista Hélio Zenaide, conjugar o verbo cassar se tornou uma prática permanente num jogo sádico, com poucos ou quase nenhum ganhador. Podemos afirmar que só havia um ganho: a morte dos sonhos e da esperança.

Os revolucionários eram bons em português, sobretudo em verbo, e, principalmente, nestes dois verbos: caçar e cassar. Se fosse comunista ou esquerdista, a ordem era caçar e cassar. Ser caçado para muitos, foi a morte física; ser cassado, para todos, foi a morte política, a morte da cidadania. Esporte macabro.

O jornalista Juca Kfoury, ex-militante da ALN, do PCB, votou para presidente da República, pela primeira vez aos 39 anos:

Faço parte de uma geração castrada. Tinha 14 anos quando houve o golpe militar e 18 por ocasião da decretação do AI-5. Aprendemos o que era fazer política sem liberdade e com medo. Medo de tudo. De falar ao telefone (podia estar grampeado), da caminhonete C-14, da Chevrolet (que era usada pelo DOI-CODI), de olhar no retrovisor (podíamos estar sendo seguidos), de olhar para a esquina de casa (podíamos estar sendo vigiados).

Para Dr. Paulo Evaristo Arns, que exercia a função de Bispo Auxiliar de São Paulo, aquele dia 13 de dezembro foi bastante movimentado no que concerne aos compromissos religiosos, com visitas a dois colégios e a uma reunião ao CELAM. Confessa que não teve tempo nem para ler jornais, nem tampouco escutar ou assistir a notícia pelo rádio ou televisão; foram amigos que lhes comunicaram o ocorrido, em tom de voz baixa.

[...] Minha reação foi de susto e de previsão que viria chumbo grosso em direção a todos que defendiam os presos políticos e os amigos ativos na política. Fui atingido, desde logo, pelo AI-5, porque não podíamos mais falar livremente na Rádio Nove de Julho que, aliás iria ser cassada quatro anos depois, sem nenhuma explicação e sem motivo técnico ou administrativo. Daí por diante, como secretário de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, minha vida mudou totalmente: não sabia mais como agir e todos aos meus amigos consultados exprimiam pavor pelo medo de serem atingidos de uma forma ou de outra. Fiz porém o propósito de agir, embora com cautela, em favor dos meus amigos, sobretudo os religiosos que foram presos. [...]. [...]. O AI-5 preparou de fato a era de terror que se manifestaria durante os próximos sete anos sobretudo.”

3 O MAPEAMENTO POLÍTICO ESTADUAL E LOCAL DA DIMENSÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

3.1 A PARAÍBA EM EFERVESCENTE LUTA DE RESISTÊNCIA E SUSTENTAÇÃO AO GOLPE DE 64 AO AI-5

O estado da Paraíba se situava desde fins de 1961 e março de 1964, como um dos estados nordestinos que mais se lançava a luta de mobilização por transformações sóciopolíticas e econômicas. Um exemplo disso foram as grandes manifestações em agosto de 1961 em apoio à posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, que ocorreram em João Pessoa, mas precisamente no Ponto de Cem Réis e Parque Solon de Lucena, assim como a retransmissão da “Cadeia de Legalidade” (montada em Porto Alegre), organizada pela Associação Paraibana de Imprensa (API) e em Campina Grande, no Largo da Sorveteria Flórida e Praça da Bandeira. Contando também com a solidariedade dos oficiais nacionalistas do 1º Grupamento de Engenharia e lideranças estudantis e sindicais.

Segundo o historiador José Octávio de Arruda Melo, a Paraíba nos anos 60 exercia um centro de fermentação de reivindicações de toda ordem, representadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que tinha como base o Sindicato dos Bancários, a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) que coordenava o movimento universitário e junto com a Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba (AESP) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que atuava em várias cidades do Estado, destacando, Cajazeiras. O PCB articulava-se mesmo na clandestinidade.

A institucionalização da Campanha Estadual de Alfabetização Popular (CEPLAR) também foi um grande avanço na educação conscientizadora, baseada no método de desenvolvido por Paulo Freire. E um dos integrantes de sua equipe, o professor e intelectual

Jomard Muniz de Brito afirmou numa entrevista concedida ao jornalista Linaldo Guedes, no livro *O Jogo da Verdade*, que recebeu informações de pessoas ligadas a Dom Hélder Câmara de que toda a equipe de Paulo Freire iria ser presa, devido ao advento do golpe de 64. E em setembro do mesmo ano, Jomard foi preso por um período de um mês e Jomard disse categoricamente nesta entrevista que “as pessoas costumam criticar bastante o AI-5, mas não mencionam os estragos causados pelo o AI-2”, mas, foi no campo que as teses sobre a reforma agrária ganharam espaço, num movimento denominado de Ligas Camponesas; que na Paraíba se concentrou na Usina Santa Helena, no município de Sapé, de propriedade dos Ribeiro Coutinho, sob a liderança do agrônomo socialista, Assis Lemos. José Octávio confirma a importância desse movimento popular em Sapé, que atraiu olhares do mundo inteiro, principalmente dos EUA.

[...] o Presidente dos Estados Unidos John Kennedy preparava-se para visitar a cidade, pouco antes de ser assassinado, em novembro de 1963.

A expansão do movimento das Ligas Camponesas atingiu Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto, Pedras de Fogo, Santa Rita, Pilar, Alagoa Grande, Sousa, Antenor Navarro. Em Pombal, Catolé do Rocha e Cajazeiras houve algumas lideranças anti-oligarcas. A tensão era grande, quando eclode o Golpe de 64, ocorrendo inúmeras prisões, torturas físicas e moral. Segundo o jornal *o Norte*

Na Paraíba, muitos intelectuais (Mário Moacyr Porto, Antonio Augusto Arroxelas, João Manuel de Carvalho, Jório Machado, Luiz Hugo Guimarães etc), políticos (Assis Lemos, José Joffily, Abelardo Jurema etc) e trabalhadores da cidade e das Ligas Camponesas foram denunciados e perseguidos.

Mas é especificamente com o AI-5 que o cenário político se torna sombrio no país e na Paraíba, especificamente como registra José Octávio.

No conjunto, esses eventos ajudaram a servir de pretexto para a decretação

do Ato Institucional número cinco, AI-5, por meio do qual as autoridades de segurança ampliam suas atribuições em todo país. Isso significava repressão seletiva à base de listas que continham nomes de professores, estudantes e funcionários contemplados com suspensão de contratos, proibição de matrículas e demissões sumárias. Na Paraíba esse procedimento recaiu sobre, principalmente, Universidade Federal, Liceu Paraibano e Colégios Estaduais de Campina Grande e interior, bem como sociedades de economia mista.

O setor privado também foi atingido, o que não acontecera em 1964. Na área política, deputados federais que votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, no que constituiu o estopim do AI-5, foram cassados e tiveram direitos políticos suspensos por dez anos. No plano estadual, punições do mesmo tipo desfalçaram a Assembléia Legislativa privada de concurso de deputados vinculados as esquerdas ou a antigos movimentos populistas e à Frente Parlamentar Nacionalista. Quem escapou de 1964 foi alcançado em 1969 [...].

Mediante leituras e reflexões, constatamos que o estado da Paraíba era um grande aliado de João Goulart e suas pretensas reformas de base, demonstradas concretamente pela intensa relação entre o líder das Ligas Camponesas Assis Lemos e Jango, assim como a atuação desde 1966 do Arcebispo Dom José Maria Pires, numa perspectiva voltada para as mudanças sociais, tanto é, que é o próprio arcebispo que organiza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos no auge da institucionalização da tortura. Grande amigo de Dom Hélder Câmara, chegaram a ir pessoalmente na Fazenda Alagamar, no município de Salgado de São Félix, vizinho a Itabaiana para apaziguar questões fundiárias.

A resistência ao AI-5 na Paraíba comandada pela Igreja Católica teve também a efetiva atuação dos bispos Dom Luiz Fernandes de Campina Grande e Dom Marcelo Carvalheira, de Guarabira assim como a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba, API, categorias de profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e instituições culturais como o Grupo José Honório Rodrigues, Associação dos Docentes da Universidade Federal (ADUF) e Associação dos Funcionários da Universidade Federal (AFUF), Sindicatos como o dos Bancários, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), partidos clandestinos como PCB e PC do B, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

É bom considerar que na Paraíba meses antes da decretação do AI-5, a Rádio Arapuan de João Pessoa já havia sido fechada, o Clube dos Estudantes Universitários de João Pessoa e de Campina Grande que se encontravam ocupados pelos estudantes em junho de 1968, foi violentamente desalojados à força sob o comando da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado e Guarnição Federal. Os paraibanos que se encontravam no Congresso da UNE em Ibiúna, em São Paulo, voltaram fichados e de cabeça raspada. Este cenário dantesco contava com a governabilidade de João Agripino Maia.

O ex-deputado, engenheiro e presidente do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Simão Almeida, precisou fugir e viveu 11 anos na clandestinidade, tendo que mudar o nome para Francisco Ramalho. Numa edição especial do Jornal O Norte, em “comemoração” aos 40 anos do Golpe Militar declarou particularmente o seu “convívio” político, após a edição do AI-5.

De 64 a 68, foi um período muito fértil de embates e debates, de atuação política aberta, os estudantes organizavam grandes manifestações de rua, pois até a publicação do Ato Institucional Nº 5, AI-5 (o ato que acabou com toda a liberdade de expressão no Brasil), tínhamos uma certa liberdade. Mas mesmo nesse período de 64 a 68 havia as atividades, reuniões e ações clandestinas. Eu sempre participei de reuniões. Foi nesse tempo que me organizei na Ação Popular, que era uma organização política clandestina, ou seja, ilegal. Depois da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, as lutas de rua desapareceram. A gente teve que se esconder. Eu fui para Recife. Em fevereiro de 1969, as prisões foram muitas. [...].

[...] Muitos companheiros com os quais eu convivi na clandestinidade foram mortos. Depois do AI-5, as lideranças do movimento estudantil que não foram presas caíram na clandestinidade ou então foram para o exterior. Muitos destes companheiros foram presos e mortos sob as mais variadas circunstâncias. Após o AI-5 e, sobretudo, a partir do Governo Médici foi que se instalou, realmente, o regime de terror. Os opositores dos militares eram encarcerados ou simplesmente eliminados. Havia uma lista das pessoas que não seriam presas, mas sim eliminadas. Eu vivia na clandestinidade absoluta.¹⁰

Como constata José Otávio de Arruda a devastadora força de desconstrução política do AI-5

¹⁰ DALINO, Girlan. **Jornal O Norte/PB**. João Pessoa, 31 de março de 2004. Caderno Especial.

A virulência do AI-5 praticamente interrompeu a dinâmica político eleitoral do início dos anos sessenta e setenta, tanto na Paraíba como no Brasil. A oposição consentida do Movimento Democrático Brasil (MDB), que vitoriosa para o senado em 1966 e em algumas das principais cidades, como Campina Grande em 1968, foi esmagada pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido do governo estadual e do movimento de 1964. Já não se votava para presidente da República, governo do Estado e prefeitura das capitais. O voto em branco assumiu proporções elevadas.

O AI-5 assumiu um caráter de Estado Facista, terrorista, não dando chance de defesa aos perseguidos, porque o habeas-corpus foi suspenso. Criou-se assim uma repressão profunda no país, um verdadeiro afunilamento de lideranças opositoras ao Estado através das prisões e “desaparecimentos” constantes. Só voltando a normalidade, a partir da Lei da Anistia na década de 80.

3.2 A GEOGRAFIA POLÍTICA DE CAJAZEIRAS-PB DE 1964 - 1979

Prefeitos eleitos:

- Francisco Matias Rolim (1963-1969)
- Eptácio Leite Rolim (1969-1973)
- Antonio Quirino de Moura (1973-1977)
- Francisco Matias Rolim (1977-1983)

Francisco Matias Rolim em entrevista a Revista OBA! descreveu um pouco a sua trajetória política em Cajazeiras e sua relação com o poder.

Fui Prefeito de Cajazeiras, podemos dizer, três vezes. Em mil novecentos e sessenta e dois, eu era Vereador, Presidente da Câmara, o Prefeito era Doutor Otacílio Jurema, tirou licença para ser candidato a Deputado Estadual. O Vice era Eptácio Leite, que tirou licença para ser candidato a Prefeito de Cachoeira dos Índios. Então, eu assumi interinamente, mas assumi com todos os poderes constitucionais. Em sessenta e três, eu fui prefeito, eleito, com um mandato para terminar em sessenta e sete. Só que

foi prorrogado e eu terminei em sessenta e nove. Novamente, eu fui Prefeito em sessenta e seis, mas assumi em janeiro de setenta e sete, para terminar em oitenta e um. Também foi prorrogado. Terminamos em oitenta e três. De maneira que, fui Prefeito de Cajazeiras três vezes, Quirino outra, eleito, que, somando o tempo, dá mesmo os quatro anos de mandato normal. Com relação ao que eu fui como Prefeito de Cajazeiras, isso o povo é quem diz, não sou eu.¹¹

Com relação a implantação do Estado Ditatorial no Brasil, o Senhor Francisco Matias Rolim declarou seu posicionamento enquanto prefeito de Cajazeiras no ano de 1964.

A revolução eu até me pronunciei a favor dela, porque no dia 31 de março, ou melhor, no dia 30 de março pela manhã, começou o movimento no rádio e eu fiquei a noite toda ao lado dele ouvindo o discurso. Quando fui pra prefeitura, estavam lá cinco vereadores e tinham fretado um jipe, colocaram o som em cima do carro pra fazer o movimento pró Jango. A certa altura um deles achou melhor ir falar com o prefeito e ver qual seria a opinião dele. Ai resolveram. Formaram cinco lá chegaram no local e um falou logo: “De qualquer maneira acho que vocês estão se apressando muito sem nem ter certeza como o Estado vai ficar devemos aguardar o pronunciamento do governo.” Fiquei contra o presidente da República, João Goulart, ou melhor, com a revolução, e eu sabia que o governo dele não estava indo bem. Depois eles não fizeram o movimento porque se tivessem feito iam ser cassados e presos. E no dia 31 foi proclamada a revolução. Prenderam muitas pessoas, não o presidente porque ele não estava com o povo. Era um tempo perigoso, você tinha que andar corretamente.

Segundo o depoimento do Senhor Eptácio Leite Rolim, o seu primeiro mandato foi em plena ditadura militar, onde fez questão de registrar:

Fiz uma administração democrata, sempre respeitando os direitos dos cidadãos, tratava todos com igualdade, nunca governei com pressão. Inclusive mantinha amizade com outros políticos que eram vigiados pelos militares. E a ditadura militar não influenciou em nada, porque naquela época não tinha tribunal, eu prestava contas a Câmara dos Vereadores.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE**
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

¹¹MOURA, Cristina. O nome daquela avenida. **Revista Oba!** Ano 1, nº 9, Cajazeiras-PB, setembro 2002. p. 4-5. Farol Comunicação Integrada.

4 REAÇÃO POLÍTICA DOS CAJAZEIRENSES AO AI-5

4.1 O AI-5 - O OLHAR DOS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS DE CAJAZEIRAS-PB SOBRE ESSE ATO DE EXCEÇÃO.

Compreendendo hoje, o meu olhar intrigante e perplexo sobre a imagem da capa da Revista Veja, que focalizou Arthur da Costa e Silva, sentado no Congresso Nacional esvaziado e que me impulsionou a desenvolver esta pesquisa; me apego a declaração fornecida pelo jornalista Mino Carta, editor da Revista Carta Capital, ao Instituto Perseu Abramo como um mergulho num intercâmbio inconsciente, de quem também enxergou naquela capa, uma imagem simbólica do processo histórico que passava o Brasil.

[...] naquele tempo, eu dirigia a redação da Veja, a qual tinha apenas três meses de vida. A revista circulava as segundas, exclusivamente nas bancas, e a redação encerrava o expediente na noite de Sábado. A sexta era crucial: ora a definição da capa, dia em que muitos trabalhavam até 18 horas, vendo o sol se pôr e ressurgir além das vidraças do Edifício Abril as margens do Tietê. E na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968 extraímos do arquivo uma foto do General-Presidente de plantão, Costa e Silva, sentado no meio do Congresso vazio, imagem de alguns meses antes colhida em não sei qual circunstância, e a estampamos na capa. A Revista foi apreendida nas bancas na manhã de segunda-feira e os porta-vozes do regime afirmaram que aquela capa era fotomontagem [...].

Com o olhar voltado para a realidade de Cajazeiras-PB constatamos como o Padre Gervásio Fernandes de Queiroga se informou da publicação do AI-5 e sua reação.

1968, é uma fase em que na Igreja Católica há um grande dificuldade, cada vez mais vai afunilando o consenso com relação à Revolução, os problemas da Revolução, as perseguições, as injustiças, as prisões injustas, etc. Então, Costa e Silva pressionado, assim ele conta, ele tem que assinar no dia 13/12/68, dia de Santa Luzia, assina o AI-5. Eu estava muito longe de Cajazeiras. Estava em Boqueirão dos Coxos, hoje Igaraci-PE, estava dormindo na sacristia da igreja e estava lá uma pessoa de esquerda que eu não sei mais o nome, era uma moça lá de João Pessoa-PB, que estava lá trabalhando, formando lideranças camponesas na região. A igreja tinha um trabalho escondido, uma espécie, como formiga, de formigueiro ou de cupim, se quiser, né? A revolução fazendo as coisas e a igreja fazendo a

formação de lideranças leigas de esquerda dentro dos camponeses, dos intelectuais, etc.

Eu, como coordenador da pastora da Diocese estava lá em visita, quando sou acordado, bateram na porta e disseram: “O senhor ligue o rádio, que está acontecendo algo muito grave no Brasil”. Eu tinha um radiozinho, comprado em Roma, aliás em 1962, e liguei... “Puxa o mundo tá vindo abaixo”. Eu era muito jovem, não tinha a experiência de hoje, mas pude perceber que a coisa era gravíssima, gravíssima. Entrava bem as rádios do sul por ondas curtas, então eu passei a noite em claro, de 13 para 14 eu não dormi praticamente, ouvindo as emissoras do sul e as interpretações [...].

O responsável pela voz que despertou o Padre Gervásio mesmo que indiretamente foi Alberto Curi locutor oficial da Voz do Brasil, que naquele dia 13 de dezembro curtia um dia de folga, limpando o galinheiro do quintal da sua casa, no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, quando teve sua rotina quebrada às 17h por uma ordem do Presidente da República, Arthur do Costa e Silva para comparecer ao Palácio das Laranjeiras. Curi contou em entrevista à Revista Época a sua apreensão e ansiedade diante de tal emergência para a transmissão do AI-5:

[...] Presidente, posso me preparar? Gostaria de lê-los antes. Pediu Curi. “Não, Senhor, não temos tempo as câmeras de TV e os microfones das rádios já estão a postos, vamos entrar ao vivo em cadeia nacional.” Curi foi imediatamente levado ao grande salão de visitas, no andar térreo do Palácio das Laranjeiras. Ali colocaram atrás de uma mesa de mármore. As suas costas, pontificava uma tela a óleo de Luís XIV, pintada pelo francês Hya Cinthi Rigand. Era 10 da noite quando o ministro da Justiça, Luiz Antonio Gama e Silva, chegou a sala e sentou-se ao lado do locutor. O AI-5 seria finalmente anunciado ao país inteiro. Gama e Silva fez uma rápida introdução de 5 minutos e passou a palavra a Alberto Curi. Foram, então 18 minutos sem um único erro, em tom monocórdio e solene sem “Boa-noite”. A frente da mesa, na outra ponta do salão amparado por colunas de encaixilado, estava o ministério inteiro, em pé os ministros auxiliares à frente. “Os olhares me fuzilavam, a tensão naquela sala era imensa”. Disse Curi a época há um mês, dez dias antes de morrer de infarto, aos 72 anos. É bom ressaltar a sua emoção do momento ao ler o AI-5: “[...] Quando estava nos ‘considerando’, achei normal e sereno. Quando comecei a ler o ato propriamente dito, com os “decido”, e que me dei conta do que se anunciava. Mas não podia gaguejar. Ali eu era apenas uma voz com salário mensal de 300 cruzeiros, o dono da voz era o Presidente da República.

Na fala do então estudante secundarista e articulador político em Cajazeiras nos anos 60, Edival Nunes Cajá, o AI-5 veio como uma força culminadora de repressão e dor à

democracia brasileira, que já vinha combalida e moribunda desde o golpe de 64.

Quando se decretou esse instrumento de perseguição, de cerceamento da liberdade. Na verdade se completava ou se consumava um golpe dentro do golpe. Já estávamos sobre um regime de exceção, onde o governo militar já tinha direito, segundo essa legislação de prender quem achasse suspeito, fechar o congresso no dia que quisesse, afinal de contas havia rasgado a constituição democrática de 1945, havia se freado o movimento popular, toda uma marcha dos camponeses pela terra, dos estudantes pela reforma universitária, dos trabalhadores pela soberania do país. Então, o golpe vem concentrar muito mais poderes nas mãos dos generais. E na época, eu ainda adolescente, bastante jovem, me encontrava no seminário em Cajazeiras, iniciando o curso ginásial, sob a ótica dos Padres da Diocese e a repercussão foi imensa. Porque logo em seguida começou a repressão, perseguição. Em Recife mataram Padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara, o estudante Cândido Pinto foi baleado no enterro do Padre Henrique [...].

O que Cajá nos proporciona, na sua colocação, é uma reflexão acerca do direcionamento que a igreja católica irá assumir a partir desses episódios de confronto e intolerância, ocorridos com mais freqüência em 1968, especificamente com a decretação do AI-5, o que só confirma o que Padre Gervásio de Queiroga nos coloca no seu depoimento acima. A profunda marca da intolerância foi exercida através do assassinato do Padre Henrique em Pernambuco, que era um animador da Pastoral da Juventude (PJ). Para Cajá, a morte do Padre Henrique simbolizou uma ruptura para boa parte da igreja católica no que concerne a continuar apoiando a ditadura. A partir daquele momento, começa a aumentar as vozes dentro da própria igreja em defesa dos perseguidos, porque ela também passou a ser perseguida e Dom Hélder Câmara em Recife passou a ser procurado por jovens, estudantes, trabalhadores pedindo proteção, muitas vezes para poder sair do país, para atender familiares que se encontrava detido. Então, Dom Hélder cumpriu um papel importantíssimo, não só ele, mas toda a igreja popular que se colocou a serviço do povo. Dom Frago em Cratús-CE, Dom Cândido Padilha no interior de São Paulo e Dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo, são alguns dos principais líderes da retomada da consciência da igreja naquele momento histórico de 1968.

[...] Talvez esse tenha sido o único mérito do AI-5, foi exatamente empurrar a igreja, forçar a abrir os olhos da igreja de que nós estávamos certos e que o

Estado não tinha ordem coisa nenhuma, era o Estado policial fascista.

É importante ressaltar que é em 1968 que Dom Aloisio Lorscheider assume a função de Secretário Geral da CNBB, é eleito em 1971 Presidente da CNBB e coloca Dom Ivo Lorscheider (seu primo), como Secretário da CNBB. Começa na visão do Padre Gervásio uma fase nova na CNBB, muito mais corajosa e crítica.

O que é latente na fala de Cajá que abdicou do sacerdócio religioso e hoje exerce a profissão de sociólogo, assessorando vários movimentos sociais na cidade de Recife-PE, e que deixa bem claro que a inquietação da juventude da década de 60, tinha o sentido de buscar a liberdade do Brasil e do continente latino americano com responsabilidade e politização. E é esta vontade de mudar o mundo que constatamos que mesmo com o golpe de 64, havia em Cajazeiras-PB, manifestações de protesto, como a que aconteceu em 1967, no dia da emancipação da cidade (22 de agosto), contra a Cruzada ABC, um programa educacional concebido pelos EUA, que estava inserido no contexto do acordo MEC-U\$AID, para tentar barrar o movimento de mobilização de conscientização dos estudantes e que resultou na criação de um escola de alfabetização em Cajazeiras com cunho ideológico de “Aliança para o Progresso”. Portanto, no dia anterior ao desfile cívico, houve uma reunião secreta convocada pelo líder Adalmir Coelho, o Diretor da UBES (União dos Estudantes Secundarista), que mesmo “fora da lei” eram realizados clandestinamente congressos, eleições de diretores e a intervenção nas cidades em vários Estados do Brasil, e esta reunião foi realizada as portas fechadas no Grêmio artístico Cajazeirense na praça do espinho. Como confirma Cajá:

[...] Aquela reunião plenária decidirá que a concentração e o enfrentamento aconteceriam aproximadamente às 11 horas da manhã. A finalidade era acabar de qualquer maneira, com o desfile de uma centena de professores e alunos pró-ianques. Tomar-lhes a odiada bandeira dos EUA, queimá-la sob o impacto do hino Nacional cantado por aproximadamente 1.500 jovens em tom de rebeldia desfraldando a nossa bandeira verde amarela era a nossa missão. Representávamos a dignidade da cidade e da nação oprimida.

Exatamente na hora adentrou na praça o desfile dos farsantes, Adalmir Coelho, diretor da Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba e da então respeitada União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) fez soar o apito de juiz de futebol, forte como clarinetada. Era a senha de comando unitário de uma ação planejada. Comprimidos na praça, todos nós aguardávamos ansiosamente aquele apito. Creio que a batalha necessitou apenas de uns 10 minutos de embate para alcançar o objetivo, se não fosse a posterior chegada do “Tiro de Guerra”. Do imponente carro alegórico que transportava a “rainha da cruzada ABC” portando nas alturas a bandeira dos EUA não sobrou nada inteiro. Da jovem filha da aristocracia cajazeirense vestida de “rainha” só restaram as peças íntimas, mas logo uma madame escandalizada ou compadecida socorreu-a com um lençol branco, acabando assim o olhar de festa dos adolescentes.[...].

Desse episódio, foram presos doze estudantes e vários soldados e estudantes foram parar no Pronto-Socorro. É com a defesa de Monsenhor Vicente Freitas, Diretor do colégio Comercial e Professor do Seminário Diocesano e do estagiário de Advocacia, João Bosco Braga Barreto, todos os estudantes estavam em liberdade no final daquele inesquecível dia de enfrentamentos e luta.

Para Cajá a principal ideologia e motivação da “Cruzada ABC”, era desfazer a imagem extremamente negativa dos EUA por terem se transformado numa “oficina” de golpe militares na América Latina. Na prática, a Cruzada consistia de uma rede de escolas informais funcionando em grupos escolares e casas paroquiais na periferia de inúmeras cidades nordestinas, como Cajazeiras, Caruaru-PE, Feira de Santana-BA, Mossoró-RN, e outras. Portanto, conscientes do que estava por trás desse programa, os estudantes reagiram.

Porém, para Cajá esse pequeno espaço de liberdade foi totalmente cerceado com a decretação do AI-5.

[...] A perseguição aumentou, passou a ter vigilância em diversos pontos de concentração da cidade onde estava concentrado mais jovens, então, para ler um jornal clandestino de Recife que chegava aqui, era uma dificuldade muito grande, era de mão em mão e para fazer uma fixação de Abaixo a Ditadura; nós tínhamos que fazer grupos, grupo de 3 companheiros para ficar olhando, de segurança, para que os outros pudessem fazer o trabalho com o pincel e a tinta. Então, Cajazeiras sempre foi uma cidade politizada e sempre o movimento socialista teve grande espaço [...].

A senhora Rosemira Cartaxo Bandeira declarou diante de um sobressalto da sua

memória, um comentário ouvido por ela em 1968 em que foi de extrema felicidade para o enriquecimento desse trabalho, pois ele indica quase como um slogan de uma reação nacional, mesmo tendo sido mencionado numa calçada perdida de Cajazeiras, a visão catastrófica do AI-5.

[...] O AI-5, NINGUÉM AGORA PODE FALAR NADA, O SILÊNCIO. Eu escutei esse comentário na calçada, vindo do Sr. Deodato Cartaxo de Sá entre o Doutor Manuel Paulo e José Bandeira, [...].

Na sua lembrança de mocinha isso ficou guardado como um segredo. O que foi mais interessante é que este depoimento foi ocasional, foi de súbito; pois na verdade eu fui à sua casa para entrevistar o seu marido, o senhor Manuel Bandeira, ex-vice Prefeito de Cajazeiras na década de 50, que colocou o quadro político de Cajazeiras no período de 60 como tranqüilo e sem subversões, só citando o caso de Sabino barbudo, bastante perseguido pelo Padre Américo, que nas palavras da sua filha, a senhora Ivone Guimarães, este foi um grande perseguidor do seu pai, o Sabino Barbudo.

4.2 O CONFRONTO DE IDEAIS POLÍTICOS - LEGITIMAÇÃO E OPOSIÇÃO AO AI-5

Segundo Dr. Abdiel de Souza Rolim, ex-Vice Prefeito de Cajazeiras no período de 1963 a 1972 pelo Partido Ruralista Brasileiro, confirma em entrevista concedida no dia 07/01/2004, existia sim, em Cajazeiras, enraizamentos do poder autoritário, uma espécie de micropoderes, como afirma Foucault, principalmente no setor educacional.

De forma geral e clandestina vieram demonstrações de forças, de expedientes de forças, de forma aberta já que as liberdades estavam suprimidas face aos diversos expedientes de controle, de alijamento das pessoas, de determinadas instituições vieram a cada passo. E aí, eu posso lhe afirmar com certeza que, por ex: o Colégio Estadual Crispim Coelho tinha sido uma instituição de ganho por um luta de caráter popular, uma reivindicação popular dos estudantes, houve algo por parte das forças locais, sobretudo as conservadoras da área de educação, uma tomada de posição,

tanto é que o governador já nomeou de entrada para o Colégio Estadual, para direção, uma pessoa do clero, Monsenhor Abdon Pereira [...].

Constata-se nessa fala, um certo embate de posições políticas, já que o Colégio Estadual Crispim Coelho foi uma conquista do Dr. Abdiel, mas que devido a seu posicionamento de oposição ao governo ditatorial, foi então nomeado uma pessoa da confiança do governador Pedro Moreno Gondim. E que Dr. Abdiel chama para si, diante de um olhar sereno e distante lembranças dessa época, quando pacientemente solta da sua memória, recordação de episódios históricos, ocorridos em Cajazeiras e que na sua concepção é de suma importância que a História registre.

[...] Cajazeiras teve visitas clandestinas da “revolução” para observação de qualquer outro delito de ordem ideológica. Cajazeiras foi vítima de terrorismo, Cajazeiras explodiu a bomba no Cine Apolo XI, que foi uma coisa da direita, foi da mesma safra da bomba do Rio Centro, e outras mais discriminações a pessoas do povo aconteceram e que isso tudo forma um leque de fatos que precisam ser do conhecimento da História [...].

E é na área de História que o Professor José Antônio de Albuquerque se preparava em 1968, na Universidade Católica de Pernambuco (em um dos seus cursos); considerado por ele, um dos centros de resistência estudantil ao período ditatorial, onde muitas vezes os estudantes tinham que dormir na universidade, cercada pela polícia militar que conseguia ultrapassar aos portões da Universidade Católica. Na sua visão, a cidade de Cajazeiras teve um embate leve de forças políticas, sem profundidade, até mesmo diante da literatura marxista. Existia sim uma resistência, uma oposição na própria Câmara Municipal, mas apenas restrita aos problemas locais e sazonais, que não ultrapassavam os limites municipais. As críticas feitas pelos vereadores do MDB: Constantino Nogueira, Osmídio Gomes e Zé Nilton Alcântara, não demonstravam diferenças ideológicas na Câmara, mas pontos de vista divergentes. Isso se deu nos anos de 1972 a 1974, quando José Antônio era Presidente da Câmara de Vereadores. O Professor acredita que a resistência em Cajazeiras ao Regime

Ditatorial está assentada no tripé: movimento estudantil, lideranças políticas, como Bosco Barreto e Dr. Abdiel de Souza e alguns padres da igreja católica, que teve o Padre Gervásio Fernandes de Queiroga, como destaque, assim como os padres italianos e alemães que se instalaram na cidade no período de 1964, devido à criação da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras, que segundo José Antônio, só irá ganhar o seu 1º professor licenciado, formado, Antonio Quirino de Moura, em 1969, representando um núcleo de estudos de nível superior importantíssimo para a época; uma chama, luz para disseminar mais as idéias em Cajazeiras.

Na cidade de Cajazeiras, os estudantes eram os que mais participavam desses movimentos [...]. [...] inclusive eu tinha até fotografias, eu gostava de fotografar esses movimentos de pixações de rua, com “Abaixo à ditadura”. Havia uma certa resistência aqui por parte de Bosco Barreto, quando ele chegou aqui por volta de 1970, ele recém-formado, inclusive nós fomos contemporâneos na Universidade Católica, acho que ele fazia letras na Universidade Católica e Direito na Federal, lá em Recife. Participava de todos os movimentos e aqui em Cajazeiras ele deu continuidade. Era uma das poucas pessoas que tinha coragem de enfrentar o regime militar, inclusive Bosco foi várias vezes convidado a depor na polícia federal e também no comando militar no Recife a respeito de movimentos, que ele fez aqui junto à comunidade, a exemplo da passeata da fome, passeata da lata seca [...].

Em 1972, Bosco Braga Barreto se candidatou a prefeito de Cajazeiras, pelo antigo MDB, perdendo a eleição para Antonio Quirino de Moura por uma diferença ínfima de apenas 200 votos. Apesar da derrota, Bosco consolidou-se como uma forte liderança no município e nas cidades circunvizinhas polarizadas por Cajazeiras. Um fato interessante marcou esta primeira candidatura de Bosco Barreto, que foi o cumprimento da promessa feita em campanha eleitoral, a de ir a Juazeiro do Norte a pé, para agradecer ao Padre Cícero pela significativa votação. A romaria foi realizada, reunindo mais de mil pessoas, marcando assim o início de uma trajetória política de muitas tomadas de atitudes carismáticas e de ampla repercussão na construção do currículo do líder popular que foi Bosco Barreto nas décadas de 70 e 80.

De acordo com a publicação da revista Cidade, constata-se a luta de embate e

resistência comandada por Bosco Barreto aos desmandos políticos na região do semi-árido nordestino. RODRIGUES, Nelson. A Trajetória de um Líder. Revista Cidade. Edição Comemorativa do dia da cidade. 2002, p. 4.

[...] Bosco foi um exemplo de líder popular e de homem identificado com a luta dos mais pobres. Liderou grandes passeatas e manifestações contra o tratamento humilhante dado pelos governos aos trabalhadores vítimas das secas, na região do semi-árido. Foi defensor intransigente de políticas públicas sérias e eficazes para tirar o nordeste da situação de submissão e desigualdade. A luta de Bosco Barreto em Cajazeiras e no sertão paraibano incomodou muito aos governos da ditadura militar. O destemido político Cajazeirense foi perseguido e preso pela polícia federal. A sua prisão revoltou Cajazeiras e a Paraíba [...].

Essa luta de Bosco é olhada hoje por Francisco Matias Rolim, seu adversário político na eleição de 1976 para prefeito do município de Cajazeiras, quando Bosco Braga Barreto, ao lado de Acácio Braga Rolim, decidiu disputar o pleito eleitoral pelo MDB. As urnas apontaram Francisco Matias Rolim como vitorioso, por uma das sub-legendas da ARENA. Nas recordações de Francisco Matias Rolim, a liderança de Bosco:

[...] Aqui em Cajazeiras tudo era manso, ninguém queria brigar, ninguém queria dizer nada contra o governo. Ainda apareceu Bosco Barreto na década de 70, reunindo o povo, fazendo um movimento com os cassacos, o pessoal da seca [...].

Bosco não conseguiu realizar o seu sonho: ser prefeito de Cajazeiras. Mas, exerceu o cargo de Deputado Estadual em 1974, sendo o mais bem votado de Cajazeiras, numa disputa acirrada entre outros dois cajazeirenses: Edme Tavares e Tarcizo Telino e em 1978 concorreu a uma vaga de Senador da República, formando a chapa emedebista com Humberto Lucena e Ari Ribeiro. Nessa eleição, Bosco foi o segundo colocado, ficando na primeira suplência, não chegando a assumir a titularidade.

José Antonio recorda ainda, com grande saudade, o ano de 1968, quando vinha nos períodos de férias e sentia o movimento estudantil, através da AUC (Associação

Universitária de Cajazeiras), como secretário dessa associação, ele nos fala que embora não existisse uma preocupação sistematizada com relação à ditadura militar, os convidados para as palestras sempre eram de posicionamentos políticos de esquerda, como: o escritor Ariano Suassuna, o Bispo de Iguatu-CE, Dom Fragoso e o próprio Dom Hélder Câmara, que só não confirmou a sua presença quando foi convidado, porque tinha uma viagem agendada para Paris, na data prevista para a palestra. E confirma, que nas semanas universitária, sempre tinha pessoas do 4º Exército, fiscalizando o movimento. Houve também em Cajazeiras, um grupo de jovens que na informalidade de sua rebeldia juvenil, formaram o Clube dos Penetras em pleno ano da publicação do AI-5, caracterizados por ouvir Beatles, Geraldo Vandré e músicas do movimento tropicalista. Este grupo era formado por Paulo Antonio, Walter Marques Cartaxo, Carlos Wagner Ferreira (Ferreirinha), José Juarez Moreira, Francisco Cezário de Lira, Fuba, Leocádio, Daladiê e outros companheiros de irreverência.

Para o padre Gervásio de Queiroga, as perseguições à sua pessoa e a de alguns colegas de sacerdócio, deram-se de maneira constante e muitas vezes de maneira até fantasiosa, como foi a invenção de que ele teria sido preso por subversão em Recife-PE e depois recambiado para a cidade de João Pessoa-PB. Segundo o próprio Gervásio, ele teria saído de férias sozinho, no seu fusquinha, perfazendo o seguinte trajeto: João Pessoa, seguindo depois para a cidade do Recife e todo o interior de Pernambuco até a cidade de Petrolina, seguida por Fortaleza e Mossoró. Porém, uma notícia plantada pela imprensa paraibana através do Jornal Correio da Paraíba, na coluna política assinada por João Madruga (ex-deputado estadual), dava como certa a prisão do padre Gervásio, o que foi e é até hoje, desmentida pelo padre. A quem interessava, então, esta notícia? Seria uma maneira de desestabilizar emocionalmente e politicamente? O padre Gervásio nos fala da sua relação profissional, enquanto jornalista da Rádio Alto Piranhas e professor de Antropologia e História da FAFIC (Faculdade de Filosofia de Cajazeiras). Considerando que essa emissora de

rádio, foi fechada na década de 60, por ter sido advertida várias vezes pela censura diante do comportamento e posições de alguns padres leigos.

[...] Eu sofri também, mas não fisicamente. Eu sofri perseguições da direita radical, porque havia pressões para Dom Zacarias tirar do ar o meu programa na Rádio Alto Piranhas, e Dom Zacarias não me tirava; o que era a nossa proteção: o Bispo. A revolução não pensava em Cajazeiras, porque achava que Cajazeiras iria ser um mar de tranquilidade. Bem, havia aqui um batalhão do exército, ali, onde hoje é uma quadra (na rua Epifânio Sobreira), e esse pessoal estudava conosco na nova faculdade (FAFIC). Os sargentos eram meus alunos. Eu sempre fui muito sincero, aqui ou em Sousa, eu mantive a minha posição, nem havia o jogo contra, jamais chamava Ditadura Militar, Golpe Militar; eu não usava essa expressão, mas também mostrava a situação social do Brasil.

Analisando o depoimento de Dr. Abdiel e do padre Gervásio de Queiroga, vamos encontrar uma consonância principalmente com relação a um episódio que até hoje chama a atenção da cidade de Cajazeiras, que é a explosão da bomba relógio no Cine Apolo XI em 1975, que para muitos foi dirigido ao bispo Dom Zacarias Rolim de Moura e que para outros, especificamente para o Dr. Abdiel foi uma bomba plantada pela ala da direita, igualando-a a do episódio do Rio Centro, no Rio de Janeiro em 1980. Recolhemos da monografia da monografia da professora Séfora César Lira o depoimento de Paulo Justino Conrado, operador de exibição desse cinema na época e irmão dos dois jovens atingidos.

Quanto ao atentado da bomba, ali muita gente diz que foi para o bispo. Num foi. Ali foi botado pra pegar quem tivesse ali dentro. Não, o bispo não tinha lugar certo pra sentar não. Me disseram também que ali não pegou muita gente porque a fita quebrou. O filme passou normal. Não quebrou a fita. Ninguém deixou de passar, entendeu? Ali passou o filme normal. O meu irmão ficava na frente assistindo. Aí pronto. Depois que saiu todo mundo, foi que ele vinha. Que ele sempre gostava de ficar revisando pra ver se alguém tinha deixado alguma coisa. O nome dele era Manoel. Foi o que morreu. Aí, pronto. Quando ele veio saindo do cinema encontrou essa pasta debaixo de uma cadeira. Ele trouxe, e entregou ao porteiro. Ficaram ali o porteiro e os meus dois irmãos e o outro rapaz. Ficaram ali na entrada dentro do cinema procurando a abertura dessa bolsa que disse que não tinha. Aí pronto. Foi na hora que aconteceu a explosão. No momento eu ainda tava na cabine, quando cheguei eu encontrei ele lá fora. Levei ele pro hospital, num tava nem sabendo. No meu pensamento, tinha sido o prédio que tinha caído. O fumaceiro cobriu. Aí, quando eu cheguei no hospital, foi que começou a chegar gente. Aí começaram a dizer que foi a bomba, né? Morreu meu irmão

e o soldado Didi. E teve outro meu irmão que quase morre também. Isso foi em 1975. Agora ninguém sabe quem botou... meu irmão não morreu na hora. Ele morreu dois dias depois. Morreu em João Pessoa. O outro ficou por aqui mesmo, mas quase morre também. Contam muita coisa, que era para o bispo. Mas não era. Porque se fosse para o bispo tinha botado no carro dele, botado no palácio, onde ele morava. É tudo, né? Mas botou para pegar quem tivesse dentro do prédio. Se o filme tivesse quebrado só uma vez, tinha pegado todo mundo dentro. Que era o tempo de consertar a fita para colocar na máquina. Era o espaço de três, quatro, cinco minutos. Foi o tempo que deu, que o pessoal saiu.

Para o Sr. Abdiel, essa bomba relógio é da mesma safra da do Rio Centro; entende-se por safra, a intencionalidade de tentar desestabilizar e culpabilizar a ala da esquerda. Já a tese defendida pelo Sr. José Antonio de Albuquerque (que atualmente exerce a função de diretor da Rádio Alto Piranhas) quanto a origem e objetivo dessa bomba.

O que ficou muito claro para mim é que aquilo foi dirigido para o bispo da Diocese de Cajazeiras, Dom Zacarias Rolim Moura, que era da extrema direita e que aquilo dali foi um atentado e que nós não sabemos, com que interesse e que até hoje não se descobriu quem foi o autor, e quais as razões que levaram aquilo. E faleceram três pessoas naquele atentado. Eu pelo menos penso que foi dirigido ao bispo da Diocese de Cajazeiras, porque foi exatamente no lugar que ele estava sentado.

O senhor Francisco Matias Rolim nos coloca a seguinte lembrança desse episódio:

[...] Houve aqui aquela bomba, que ia matar o bispo. Naquele dia a cidade se encheu de polícia federal, aí então Dr. Abdiel tinha um bocado de livros comunistas, aí jogou dentro do açude grande. Acharam depois, esses livros boiando lá. [...].

Mas o confronto com a decretação do AI-5 foi quase inexistente, na opinião de Francisco Matias Rolim que considerava Cajazeiras como uma cidade pacata e tranqüila, com poucas lideranças políticas para o enfrentamento contra o governo federal.

[...] o AI-5, eu acho que não aprovei e nem deixei de aprovar, porque aqui na nossa região não atingiu ninguém, apesar de ter duas chamadas que tiveram que até correrem da cidade - Dr. Abdiel, ele teve uns dias fora de Cajazeiras, aquele Sabino Barbudo, pai de Ivone Guimarães, Sabino Guimarães, esse cara comunista. Ele foi para uma propriedade lá em cima da Serra do Padre, acolá, ficou mais de um mês lá. Mas o AI-5 não atingiu ninguém em Cajazeiras, por isso eu fiquei na minha, nem contra nem a favor, fiquei na minha como Prefeito, eu era do lado da UDN.

De acordo com Dr. Abdiel houve sim reações demonstradas nos grêmios estudantis, mesmo existindo uma dispersão das lideranças estudantis, que disfarçadamente mantinham contatos entre si, entre os colégios; constituindo grupos de oposição ao Regime Ditatorial. O aparelho repressor do Estado executava suas represálias perseguindo determinadas lideranças políticas, sobretudo partidários de partidos de esquerda, como foi o caso da prisão de João Kleber, militante do PCB. Para Dr. Abdiel existia um descontentamento à sua atuação como Vice-Prefeito de Cajazeiras e era traduzido em forma de perseguição política e policial.

[...] nós sofremos vários tipos de pressões. Entre elas, eu tive perda de emprego no Colégio Comercial Constantino Viera de professor. Nós tivemos certas restrições nos órgãos de comunicação, nós não podíamos falar nas rádios, nosso nome não podia ser pronunciado, nós, enfim tivemos a pressão militar, recebemos a patrulha em nossa clínica, num processo de vasculhamento atrás de armas, de material de subversão na nossa casa, revista, tivemos outras indagações quando havia um movimento de oposição nacional que tivesse qualquer repercussão numa cidade pequena como Cajazeiras, nós éramos chamados a depor, tivemos que depor no 15º RI dentro do IPM da subversão, tivemos outras quase que punições em decorrência do AI-5 [...]. [...] Cajazeiras já havia formação de pensamento ideológico, já havia militantes em partidos políticos, não só os partidos tradicionais, mas partidos mesmo de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro, que embora cassado, tinha os seus militantes aqui dentro de Cajazeiras [...].

Esta revelação de Dr. Abdiel é confirmada pela conservada memória de Cajá, que elucidou com muito afincado e generosidade a sua opção de lutar por uma vida mais digna pela via do socialismo científico, confirmando uma certa resistência em Cajazeiras por parte do segmento estudantil:

[...] Logo ao despertar da nova consciência comuniquei ao reitor a minha saída do Seminário e ao ingressar no colégio Estadual de Cajazeiras prosseguimos os estudos sobre o Socialismo Científico, Filosofia Dialética e Economia Política. Resolvemos aí mesmo, na cidade, organizamos uma célula comunista que entre recrutamentos dos companheiros e instalar-se em um local seguro levamos cerca de seis meses. Assim nossas reuniões foram possíveis acontecer mantendo um caráter clandestino, com disciplina no estudo coletivo e avaliação das tarefas práticas, as divergências resolviam-se pela via do Centralismo Democrático. Assim, logo conquistamos a direção dos grêmios estudantis dos principais colégios da cidade, um programa

dominical na principal emissora de rádio destino à juventude, “Construindo o Amanhã”, já que havia sido cassado, a “ A Voz dos Estudantes”, na mesma emissora. Criamos também um grupo de teatro com freqüentes discussões e encenação de peças, jornal informativo para os Grêmios, formação de grupos de alfabetização e estudo com operários das fábricas de sabão, vela, doces e curtumes de couros nos bairros pobres Camilo de Holanda e Capoeiras. Logo também ganhamos o diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras. A célula também criou um reduzido núcleo de companheiros com um instrutor experiente para realizar ações mais ousadas. De modo que nas datas históricas de sete de setembro, 31 de março e 22 de agosto, dia da cidade, Cajazeiras amanhecia com as seguintes inscrições nas paredes: **Abaixo a Ditadura! Viva a Liberdade!** [...] Esta célula, depois de ampla discussão e votação deu-me a tarefa de mudar-me para Recife no final de 1971, com a finalidade de encontrar o Partido Comunista Revolucionário (PCR) ou a Ação Libertadora Nacional (ALN) do guerrilheiro Carlos Marighella e voltar com o seu programa e estatuto para fazermos o nosso engajamento militante imediatamente, no caso de concordância para rompermos o nosso isolamento. Voltei a Cajazeiras assim que encontrei, sob muito sigilo, o PCR, o partido fundado pelo revolucionário Manoel Lisboa, em 1966. Ficamos, todos, de acordo com os estatutos, o programa e as normas de segurança do Partido. Tornamo-nos todos militantes do PCR, inclusive o velho camarada Sabino.[...]

Cajá continua até hoje atuando no Partido Comunista Revolucionário que teve uma grande atuação no seio da juventude cajazeirense na década de 70 e é Presidente do Centro Cultural Manoel Lisboa, em Recife-PE.

Tomando como base as teias discursivas percorridas nesta pesquisa em torno da temática: AI-5 Sob o Olhar da Memória Coletiva dos Cajazeirenses, nos remetemos a destacar a suma importância do registro dessa história, pelos chamados "homens-memória", que me parece ser o que restou como fonte de pesquisa para tal investigação; assim como a análise das suas falas geograficamente direcionadas pelas setas das lembranças do lugar endereçado, pelo prisma sócio-político e econômico em que se encontravam no período ora estudado.

Torna-se, então instigante e desafiador, analisar tais falas, fundamentadas teoricamente pela ótica, defendida por Jacques Le Goff; que concebe a memória coletiva como um jogo importante de luta das forças sociais pelo poder, o que torna a apreensão dessa memória por determinados grupos sociais; o próprio domínio do saber-poder, concedendo-lhes o Status Quo de senhores da memória e do esquecimento; criando assim uma grande

emblemática para o historiador, que é a de empenhar-se no auxílio da reconstrução do lugar e identidade histórica do indivíduo e conseqüentemente dos grupos que compõem o seu entorno social. Para o sociólogo Halbwachs, não se deve estudar a memória, como tal, mas os “quadros sociais da memória”. Propõe um estudo não ficado na memória isolada da pessoa, mas a memória do indivíduo associada ao relacionamento com a família, classe social, escola, igreja, profissão; enfim com os grupos de convívio. Conceituando o lembrar como o refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado; concluindo que lembrar, portanto, não é reviver.

Citando, portanto, Goethe, em Verdade e poesia: “quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças...”. Este é, portanto, a importância da reconstrução social da memória.

Portanto, ao analisarmos os posicionamentos dos depoentes envolvidos neste trabalho, constatamos que o AI-5 teve uma repercussão de maior ou menor dimensão política, de acordo com o lugar social ocupado pelos mesmos; sendo então medido o alcance desse decreto repressivo pela rememoração, seja no âmbito público e coletivo, seja no entrecruzamento das marcas de posturas e atitudes individuais.

Direcionando o olhar para o depoimento do prefeito de Cajazeiras à época do AI-5, Francisco Matias Rolim, percebe-se que o seu próprio apoio ao golpe de 64, assim como a parceria de fidelidade partidária dos vereadores que compunham a Câmara Municipal, proporcionaram-lhe uma certa facilidade e comodidade administrativa e política; mesmo com o advento da decretação dos AI'S. Portanto, a visão de Francisco Matias Rolim acerca da publicação do AI-5, é a de que no âmbito político local, não houve abalo efetivo e sim situações de repressão isoladas a determinadas pessoas, consideradas “subversivas” à ordem estabelecida. Constata-se que a convivência e apoio aos militares pelos poderes executivo e

legislativo pouparam possíveis entraves ao projeto político municipal. Confirmados, quando o depoente usa expressões, como: “Cajazeiras é uma cidade pacata”; fornecendo, então, alicerce para uma versão de convívio político harmonioso com o AI-5, em Cajazeiras.

Outras falas destoam da de Francisco Matias Rolim, o que é bastante significativo e enriquecedor para compor a emblemática dessa pesquisa, ao registrarmos as contradições e os embates suscitados pelo efeito do lembrar.

A senhora Ivone Guimarães, filha de Sabino Guimarães, conhecido pelo apelido “barbudo” relata como se deu a formação política do seu pai e da influência das idéias comunistas.

Meu pai desde garoto foi estudar em João Pessoa. Ele era muito ligado a Mons. Sabino, que era irmão de Dom Moisés Coelho. E foi estudar na casa de Mons. Sabino. Ajudava em missa, como coroinha e a gente até brincava com ele sobre esse negócio, mas ninguém sabe o que foi que... às vezes acontece muito isso, às vezes o garoto é muito calmo, tranqüilo, muito católico; e depois que se distancia um pouco da família né? Às vezes a convivência com outras pessoas e tal, às vezes as coisas mudam. Ninguém imaginava assim que ele fosse, mas ele sempre tinha umas pendências, nunca foi bem explicado a origem dessa, digamos assim, essa rebeldia, né? Porque é único até hoje, e toda a família, fora a minha, porque a minha já tem os meus irmãos que não são tão assim católicos, por causa também da criação [...]. meu pai era um socialista de convicção. Ele era uma pessoa extraordinariamente ilustrada, era um engenheiro que trabalhava no ramo da topografia, que fazia divisão de terras. E no seu tempo, ele enfrentou a perseguição do padre Américo, papai sofreu muito. Ele fazia questão de falar do meu pai nos sermões da missa. Agora, o meu pai nunca foi preso, passou uma temporada fora, que foi no início do período revolucionário. [...] Eu nunca vi, eu não sei se os militares mudaram de mentalidade, mas olha, eu nunca esqueci na minha vida, de repente ele estava trabalhando em casa no seu escritório, na rua Santo Antonio, e essa casa tinha uma fachada muito grande e esse pessoal militar, assim umas cinco viaturas... Um abuso. Entraram de casa adentro e meu pai tomou até um susto e eu sei que eles começaram a fazer perguntas e felizmente eles não levaram o meu pai. E a gente nervosa. Tudo muito jovem ainda. A minha irmã era uma criança e eu ainda fui lá no escritório. O meu pai gostava de caçar e tinha uma espingarda e um revólver, e eles levaram a espingarda e documentos relacionados ao trabalho de topografia. Meu pai era comunista. Não sei se era filiado, até porque o partido estava na clandestinidade. No tempo do padre Américo, esse padre apontava meu pai nas procissões, dizendo que era comunista, que o sobrinho do bispo era comunista.

Para Ivone Guimarães a figura do seu pai foi vista como o subversivo, por se

tratar de uma personalidade forte, que acreditava e lia bastante a literatura Iluminista e Marxista, assim como a sua própria formação profissional que era totalmente voltada para a demarcação de terras, e que para Ivone isso representava, na mentalidade militar, uma associação ameaçadora a ordem estabelecida: comunista + divisão de terras, vista assim como uma possibilidade de um trabalho votado para a reforma agrária, tanto é que os livros que foram confiscados eram livros técnicos de topografia. Outro ponto importante da perseguição a Sabino Guimarães foi a origem familiar, por se tratar do sobrinho do bispo Dom Moisés Coelho, o 1º bispo de Cajazeiras, uma família tradicional, de muitos padres. Padres estes que tiveram grande repercussão na formação de Cajazeiras como cidade, pois o bisavô de Ivone Guimarães era filho do Padre Inácio de Sousa Rolim, considerado o grande fundador da cidade, por ter assumido a liderança educacional através da fundação do 1º colégio da Paraíba, o Colégio Padre Rolim; que para alguns historiadores locais esse teria sido o marco fundamental da construção referencial de engrandecimento de Cajazeiras. Pensar neste momento uma ligação parentesca do Padre Rolim com o socialista Sabino Barbudo, teremos então, uma grande religação: a educação calcada pela razão. Padre Rolim foi um homem poliglota, de visão universalizante. A sua busca e ecletismo são constatado na publicação de dois livros: Gramática Grega (publicado em Paris-1856) e noções de História Natural (1881).

Cajá descreveu um belo perfil do militante comunista Sabino Guimarães Coelho:

[...] Sentimos necessidade de entrar em contato com um velho comunista da cidade, Sabino Guimarães Coelho, que desde o Golpe estava sem contato com o seu velho PCB pelo qual havia sido candidato a Deputado Federal em 1945. Apesar de muito perseguido, com várias prisões e inquéritos policiais militares, o velho assumia com coerência e altivez a sua condição de comunista e possuía a única biblioteca na região sertaneja com obras de Marx, Engels, Lênin, Stálin, máximo Gorki, Mao Tse-Tung, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre tantos outros escritores comunistas. Não foram poucas as precauções de segurança que tivemos de tomar em cada um destes encontros. Depois dos informes de parte a parte, as discussões fluíram muito bem. Deixamos claro que o caminho Kruchovistas, pacifista e eleitoreiro significava uma traição do marxismo-leninismo. Sabino pensativo rendeu-se a força dos argumentos e exemplos da nossa própria história. [...]

A repercussão do AI-5 entre os líderes políticos Sabino e Bosco, é descrita por Cajá com embates de perseguições e de coragem política de ambos:

[...] Cajazeiras ficou perplexa diante do AI-5, porque viu logo um dos seus filhos ilustres ser “intimado” pela Polícia Federal até João Pessoa para sofrer novas ameaças e interrogatórios. Tratava-se de mais uma das prisões do líder comunista Sabino coelho. João Bosco Barreto, então estudante de Direito no Recife denunciava em Cajazeiras o furor dos atos arbitrários decorrentes do novo decreto fascista.[...]

Associar falas que entoam lembranças de momentos tão dolorosos, constrangedores e marcantes de suas vidas, parecem-nos agora, uma verdadeira catarse oral e verbal de fatos que para muitos poderiam estar somente resignados à sua memória, de tão pessoais e afetivamente individualizados que são; porém, momentos delicados, concedidos de partilha à duras penas, em prol do registro da memória coletiva. Não foi e não é fácil essa conquista da rememoração; pois todos os depoentes nos revelam uma mágoa quanto a este momento histórico do Brasil, é como se sentissem (com poucas exceções) impotentes ao que passaram, ao que vivenciaram, ao que poderia ter sido e não foi. Assim é a História, uma eterna intriga, um embate em que forças se entrecruzam em nome de seus ideais, chegando a silenciar outras de maneiras diversas e em particular, perversas. Cabe ao historiador o papel da reconstrução com a devida cautela nas suas fontes e no entrecruzamento das mesmas.

Percebemos ao que nos foi relatado uma resignação ao que iria ser falado por parte de alguns e uma total liberdade de outros, cada qual com a sua história e por isso a cautela foi dimensionada diante do que se passou nessa história tão pouco registrada, que foi o AI-5 na cidade de Cajazeiras. Isso nos remete ao pensamento de Ecléa Bosi, no seu livro **Memória e Sociedade – lembranças de velhos**: “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança.”

Quando se trata da rememoração política, a própria Ecléa Bosi adverte que o

sujeito-depoente não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra” e sim, tende a conceber juízos de valor, julgando e avaliando seus posicionamentos, quer seja reafirmando-os ou os vendo agora, com a certa complacência ou rebeldia da juventude, da época vivida. Essa autocrítica, nos permite enxergar as continuidades e rupturas da construção histórica. E a esse viés de pensamento, podemos citar um artigo assinado por Durval Muniz de Albuquerque, no livro **Retratos de Foucault**:

A quem pensa que a história apresenta uma única estrada principal, com relevo e acidentes incontornáveis. Foucault apresenta a história das veredas, dos atalhos, onde o esquecimento de certos “fatos” é necessário. Foucault irá aprender com Nietzsche que a história não implica apenas em lembrar mas também em produzir o esquecimento. [...] O que todo o realismo tenta escamotear, que o exagero ou minimização de fatos é inerente a qualquer discurso historiográfico, pois são eles estratégias presentes em todo o discurso e servem para a elaboração da versão final que se quer dá ao passado, [...].

Embates políticos e de toda ordem humana foram e ainda são travados em nome dos princípios da liberdade e ética. O Brasil passou após o advento do AI-5 por um processo dolorido de antíteses que resultou na extinção do AI-5 em 1977 no governo do General Ernesto Geisel e na Lei da Anistia, conseguida à duras penas pelo povo brasileiro no governo do General João Batista de Figueiredo, trazendo para casa - pátria os seus filhos ilustres que haviam sido presos ou exilados. E em Cajazeiras, encontramos uma única ata com as declarações dos nossos legisladores quanto a questão da abertura política no Brasil.

Vejamos o registro de uma discussão calorosa, colhida no processo de investigação nas atas e projetos de lei da Câmara Municipal de Cajazeiras a partir de 1964.

Constatamos um certo incômodo entre os Vereadores Francisco Pereira, Espedito Alves da Silva, Osmídio Gomes da Silva e Sinval Leite, datada do dia 15 de março de 1977 acerca do estado antidemocrático brasileiro. A afirmação do vereador Francisco Pereira nos evidencia a luta de forças políticas entre M.D.B e ARENA na Câmara: “[...] A bancada do M.D.B renunciou pro não ter ocupado cargos de Presidente e redator, uma vez que estes

cargos de confiança é do Sr. Presidente. [...]”

E Osmídio Gomes da Silva, demonstra o contexto político da época:

Não teremos eleições diretas para o governo em 1978 e isso é um problema que o M.D.B repudia. Nós temos que baixar a cabeça e dizer bem alto não temos democracia, é de se lamentar o que ora no Brasil se registra, não podemos dizer que estamos em um país democrático, quando sofremos pressão dos países como a América do Norte [...]

O vereador Espedito Alves da Silva apresentou um voto de repúdio a Companhia da Polícia Militar que estava sendo implantada em Cajazeiras, usando os seguintes argumentos:

[...] comentou que Cajazeiras é uma cidade pacata não está em clima de insegurança e muito menos esperando que pistoleiros a invadam. A polícia se apresenta condignamente fardada, usando as suas armas, mas o que vemos é um gipe cheio de soldados armados até de metralhadora rua acima, rua abaixo e todas as noites prendem até 3 pessoas por estarem bêbadas. A parte do Vereador Osmídio Gomes da Silva a polícia deve portar a metralhadora em caso de diligência. O que Cajazeiras está precisando não chegou ainda.

As expectativas quanto à abertura política, refletiu-se no governo do General

Ernesto Geisel:

O senhor Francisco de Assis requereu ainda um voto de aplauso do Presidente da República General Ernesto Geisel pela passagem dos três anos a frente dos destinos do Brasil. A parte do vereador Espedito Alves da Silva – eu confio que o Presidente da República deixará cumprir as eleições diretas. Conheço, penso e acho que as eleições serão diretas. A gente vê que o povo sente vontade de escolher seus representantes, discordo do vereador Osmídio da Silva Gomes, pois acho cedo para levar uma crítica ao senhor Presidente da República, pois há muito tempo, nós não temos regime de ditadura no Brasil e sim uma tomada de posição fazendo o que o regime manda. A parte do vereador Osmídio Gomes da Silva não podemos dizer que estamos solidários com o Presidente da República – levando em conta os presidentes, pois eles não tiveram condições de se defender, estamos em mini-ditadura, uma vez que não temos o direito de votar, de escolher. Continuando o vereador Sinval Leite acho que o Brasil não vai ganhar com eleição direta a parte do vereador Espedito Alves da Silva disse que as maiores coisas foram feitas no Brasil, quando na época as eleições diretas...

A abertura política trouxe para os brasileiros, expectativas diversas: Democracia, eleições diretas para presidente da república, anistia, liberdade, paz, encontros, reformulações

de conceitos, direcionamentos de vidas, renascimentos, VIDA, Respiração coletiva. Alívio, alívio de torturas, separações, desenraizamentos políticos e afetivos. Os brasileiros passaram a respirar o ar cívico em tom de LIBERDADE. Esta é a grande diferença que separa a Ditadura da Democracia, o AI-5 da liberdade.

Em 04 de dezembro de 1995, o governo brasileiro assinou a Lei 9.140/95, que estabeleceu condições para a reparação moral de pessoas mortas e desaparecidas por motivos políticos, assim como indenização financeira a seus familiares. Quando a Lei foi promulgada, reconheceu de imediato como mortos 136 desaparecidos políticos e criou uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar, caso a caso, outras mortes de causas não naturais, por motivação política. Segundo Cecília Maria Bouças Coimbra¹², presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e membro do Conselho Consultivo do Centro de Justiça Global existem muitas críticas a todo o processo de tratamento aos mortos e desaparecidos, como:

- As entidades de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos queriam e querem uma lei mais abrangente. Uma lei que possibilite o exame das circunstâncias em que ocorreram as violações de direitos humanos causadores daquelas mortes.
- O governo não montou esquemas amplos de divulgação para informar e mobilizar as famílias dos mortos e desaparecidos políticos sobre a Lei 9.140/95.
- A lei imputou todo o ônus das provas aos familiares.
- Sonegação de informações por parte dos órgãos oficiais. Sabe-se que a Polícia Federal, as P-2 das Polícias Militares, os Centros de Informação do Exército (Ciex), da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (Cisa) têm informações arquivadas sobre o período da ditadura militar.

¹² Disponível em: <<http://www.torturanuncamais.rj.org.br/artigos.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2004.

- Abertura dos arquivos secretos da ditadura militar, que permanecem sob a guarda dos órgãos de segurança e da Presidência da República.

É bom ressaltar que um dos principais objetivos da luta dos Grupos Tortura Nunca Mais e familiares de mortos e desaparecidos políticos, atualmente, é pela ampla e irrestrita abertura dos arquivos secretos da Polícia Federal, das Forças Armadas, do SNI, dos DOI – CODIS (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna).

O importante nisso tudo é que há uma considerável produção de material de diversas fontes no mercado, uma demanda que abrange todos os campos de pesquisa. São produções de caráter científico ou não, que vem suscitando debates, questionamentos e o registro dessa História de 21 anos.

5 CONCLUSÃO

Vigilância, seguida de obediência e retratações peculiares as práticas políticas contrárias à ordem estabelecida, porém vingadas, nas estratégias de resistência e luta a favor do direito de ser feliz. Eis, a palavra-chave de um retrato apreendido num ângulo da época vivida por um país, uma cidade nordestina na década de 60, com uma madrasta ferina, chamada: Ditadura Militar. Memórias póstumas que teve como recorte histórico a cidade de Cajazeiras de 1968 a 1979, direcionado para o objeto de pesquisa: O Ato Institucional nº 5.

Desconstruir, este verbo foi o grande eixo desnorteador e paradoxalmente construtor de nossa pesquisa, a nossa mola mestra de investigação, o viés condutor da indagação de alguns sujeitos históricos sobre o objeto: O AI-5. A dimensão que ele suscitou na sociedade local nos colocou no debate e constatação de que o AI-5 foi um elemento impulsionador de repressão e omissão das diretrizes libertárias; pois ele cassou literalmente todos os passos humanos que supostamente viriam direcionar à busca pela liberdade e democracia. O olhar que se deu para a sociedade brasileira a partir de 13/12/68 foi dirigido por um estado totalitário, sem nenhuma abertura para o diálogo político; ao contrário, tudo relacionado ao debate político foi execrado mortalmente.

A Paraíba, a cidade de Cajazeiras não foi exceção nesse estado tão delicado de ausência de diálogo político. O estado da Paraíba foi um dos que mais resistiram ao controle da liberdade de expressão, marca maior do AI-5, através dos diversos segmentos sociais, com destaque: a igreja católica, movimento estudantil na sua dimensão secundarista e universitária, profissionais liberais e políticos ligados a partidos de esquerda; como constatamos no nosso percurso investigativo.

A cidade de Cajazeiras assumiu modestamente resistência numa escala contida, em reuniões e debates clandestinos de indignação e repúdio ao estado de intolerância imposto,

principalmente pelo AI-5. Demonstrar as feições do rosto local, mesmo que em pequenos recortes, sinaliza uma referência inicial de registro de lembranças até então guardadas na memória de cada depoente. Cajazeiras não foi o grande foco da resistência política ao AI-5, mais este não era o nosso objetivo, mas sim registrar o que a cidade sentiu, memorizou diante desse ato institucional. E a este propósito foi lançado as bases investigativas deste trabalho científico: ouvir, sentir e registrar as falas dos sujeitos históricos que acompanharam e fizeram parte desse período histórico abordado.

Os passos foram dados para uma caminhada de análises de versões históricas, e isso enriquece o nosso objeto de estudo e os seus propósitos lançados na introdução dessa investigação, que é o de contribuir para edificação da memória nacional e especificamente, a local, nos seus mais variados campos sociais, com destaque o conteúdo escolar e as possibilidades enriquecedoras de debates, que possam emergir nas aulas de História, assim como o reconhecimento da cidade sobre a sua própria historicidade.

Esta é uma caminhada que têm como referencial e perspectiva de aprofundamento teórico de pesquisa, o curso de mestrado.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, F. 13 de dezembro de 1968, O Dia do AI-5. **Revista Época**. São Paulo-SP: Globo. ed. 29, dez. 1998. (Especial AI-5). Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic.>>. Acesso em: 25 jan. 2005.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOULOS JÚNIOR, A. **História & Sociedade**. São Paulo: Editora FTD, 2003.
- BRANCO, G. C.; PORTOCARRERO, V. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2000. 125p.
- BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **AI-5: razões de cada um**. Disponível em: <http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/036costa_so.htm>. Acesso em: 18 out. 2004.
- DALINO, G. AI-5. **Jornal O Norte/PB**, João Pessoa, 31 mar. 2004. Caderno Especial.
- FONSECA, R. M. A História no Direito e a Verdade no Processo: o argumento de Michel Foucault. In: **Gênese: Revista de Direito Processual Civil**. Curitiba, n. 17, p. 570-585. jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www.hisoriadodireito.com.br/texto/geneseshtm>>. Acesso em: 17 ago. 2003.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. **Vigiar e Punir** – história da violência nas prisões. 25. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **AI-5: não vamos esquecer**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2004.
- GRUPO TORTURA NUNCA MAIS DA BAHIA. **Uma Luz sobre os Arquivos da Ditadura Militar**. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais.rj.org.br/artigos.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2004.

GUEDES, N. et al. **O Jogo da Verdade** – Revolução de 64, 30 anos depois. João Pessoa-PB: A União Editora, 1994.

JOANILHO, A. L. **História e Prática: pesquisa em sala de aula**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

JOSÉ, A. AI-5: chuva de chumbo no país. **Jornal O Norte/PB**, João Pessoa-PB. 31 mar. 2004. Caderno Especial.

Le GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira et al. 4. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIRA, S. C. **Vida e Morte do Cinema em Cajazeiras**. 1998. 37f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História) - Universidade Federal da Paraíba, Cajazeiras, 1988.

MELLO, J. O. A. **História da Paraíba**. 4. ed. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 1996.

MOURA, C. O nome daquela avenida. **Revista Oba!**, Cajazeiras-PB, ano 1, n. 9, p. 4-5, set. 2002. Farol Comunicação Integrada.

SOUSA, J. W. A. de. **Se não me Falha a Memória: o discurso da história cotidiana nas lembranças de velhos**. 2003. 282f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Lingüística) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2003. (versão inédita).

TAVARES. F. Golpe travestido de revolução. **Jornal O Norte/PB**. João Pessoa-PB. 31 mar. 2004. Caderno Especial.